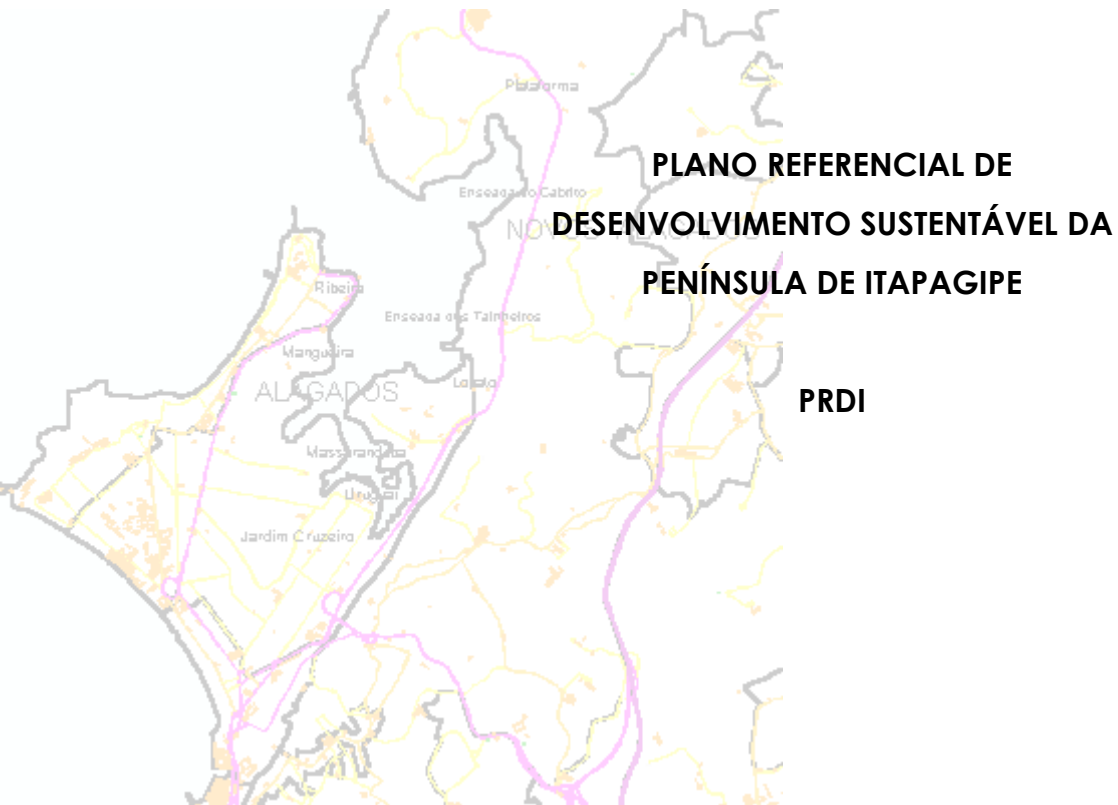


**PLANO REFERENCIAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
PENÍNSULA DE ITAPAGIPE**

PRDI




COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS MORADORES
DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – CAMMPI
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE ITAPAGIPE – NAI



SALVADOR - BA

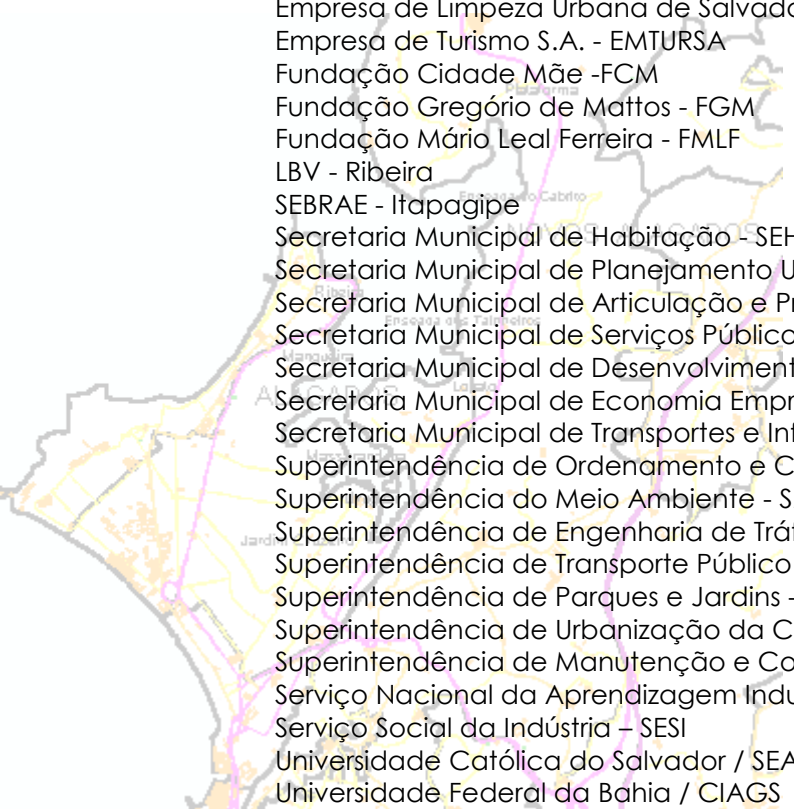
2008

INTEGRANTES DA REDE CAMMPI



AAAS – Associação dos Artesões dos Alagados de Salvador
ABBORI – Associação Beneficente de Bordadeiras e Rendeiras de Itapagipe
ABEAC – Associação Beneficente de Educação Arte e Cidadania
ABEMPOL – Associação Beneficente dos Moradores do Porto da Lenha
ABRI – Associação Beneficente e Recreativa de Itapagipe
ADOCCI – Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteira de Itapagipe
ALMM – Associação Livre dos Moradores de Mangueira
AMAI – Associação de Moradores e Amigos de Itapagipe
AMOBAC – Associação dos Moradores do Bairro da Calçada
AMUL – Associação de Moradores Unidos de Lobato
AMUR – Associação dos Moradores do Uruguai
ASCAFISON – Associação de Capoeira Filhos do Sol Nascente
ASCOSI – Associação das Costureiras de Itapagipe
Associação Beneficente e Recreativa 31 de Dezembro
Associação Beneficente e Recreativa Baixa do Petróleo
Associação Beneficente Santa Luzia - Lobato
Associação 11 de Abril do Bairro de Roma
Associação 28 de Agosto
Associação de Assistência e Promoção Humana dos Lares de Alagados
Associação Comunitária Siloé
Associação de Moradores Amigos do Parque São Bartolomeu
Associação de Moradores Arte Bola
Associação de Moradores Beneficente e Cultural João Paulo II
Associação de Moradores 13 de Junho
Associação de Pescadores Vida Nova
Associação dos Moradores do Bairro de Mont Serrat
Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia
Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Joanes Leste
Associação Recreativa Duque & Aiz
Associação Santa Cruz
CAMA – Centro de Arte e Meio Ambiente
CAMAPET – Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental
Casa de Oração Mariazinha
CATART – Centro Associativo de Trabalhadoras em Artesanato
CEAMAC – Centro de Apoio ao Menor e Adolescente Carente
Centro Comunitário de Lobato
Clube de Mães Comunitárias do Aterro Tia Ceci
Clube de Mães e Mulheres Carentes Flor da Primavera
Creche Escola Cantinho da Criança Feliz
Creche Lar Xila
Colônia de Pescadores Z-02 de Itapagipe
Grupo Cultural Bagunçaço
GRUCON – Grupo De União E Consciência Negra
Grupo Cultural Itapagipe Canta
ISPAC – Assessoria Ao Movimento Popular

INTEGRANTES DO NAI



Administração Regional II – Itapagipe - AR II
Associação dos Voluntários para o Serviço Internacional - AVSI/CDM
Bahia Outlet Center
Empresa de Turismo do Estado da Bahia - BAHIATURSA
Caixa Econômica Federal - CAIXA
Centro de Recursos Ambientais - CRA
Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia - CONDER
Coordenadoria Regional Cidade Baixa - Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Distrito Sanitário de Itapagipe/Secretaria Municipal de Saúde
Empresa de Limpeza Urbana de Salvador – LIMPURB
Empresa de Turismo S.A. - EMTURSA
Fundação Cidade Mãe -FCM
Fundação Gregório de Mattos - FGM
Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF
LBV - Ribeira
SEBRAE - Itapagipe
Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB
Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente - SEPLAM
Secretaria Municipal de Articulação e Promoção da Cidadania - SEMAP
Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES
Secretaria Municipal de Economia Emprego e Renda - SEMPRE
Secretaria Municipal de Transportes e Infra-Estrutura - SETIN
Superintendência de Ordenamento e Controle do Uso do Solo do Município – SUCOM
Superintendência do Meio Ambiente - SMA
Superintendência de Engenharia de Tráfego - SET
Superintendência de Transporte Público – STP
Superintendência de Parques e Jardins - SPJ
Superintendência de Urbanização da Capital – SURCAP
Superintendência de Manutenção e Conservação da Capital – SUMAC
Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial – SENAI
Serviço Social da Indústria – SESI
Universidade Católica do Salvador / SEAC
Universidade Federal da Bahia / CIAGS

CRÉDITOS

TEXTO

Rede CAMMPI

Gilcinéa Barbosa da Conceição
Maria de Fátima Sousa Sobrinho
Raimundo José Pedreira do Nascimento

NAI

Rita Amália Carreiro – SEAP/ UCSAL
Ruth Marcellino da Motta Souza– SUCOM/ PMS
Valéria Giannella – CIAGS/ FUBA

REVISÃO

Marise Marques Pitta

FOTOGRAFIAS

Selme Carrera
Tony Bittencurt
Acervo CONDER e Rede CAMMPI

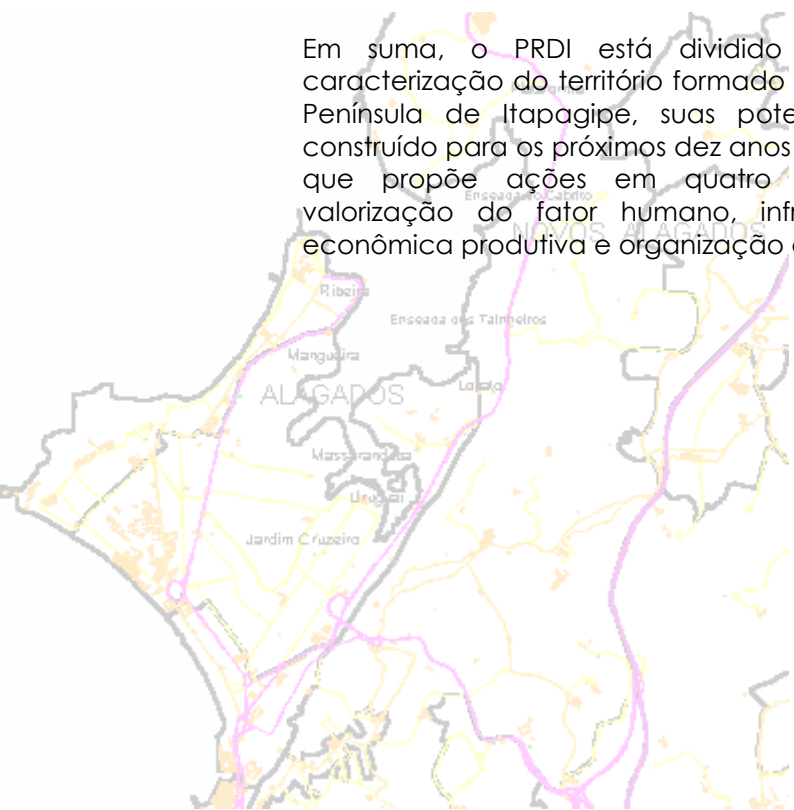
CAPA

Vilembaldo José de Souza

RESUMO

Este Plano é fruto de um processo de construção coletiva, que tem como finalidade a implementação e consolidação de um modelo de gestão compartilhada no território da Península de Itapagipe, Cidade Baixa, Salvador – Bahia. Contempla sociedade civil organizada, governo e empresariado local numa estratégia de ação para o desenvolvimento sustentável, que priorize ações de auto-cuidado e co-responsabilidade em busca de uma melhor qualidade de vida para a população local.

Em suma, o PRDI está dividido em capítulos que contem uma caracterização do território formado pelos quatorze bairros integrantes da Península de Itapagipe, suas potencialidades e desafios, o cenário construído para os próximos dez anos e o modelo de intervenção sugerido, que propõe ações em quatro grandes dimensões fundamentais: valorização do fator humano, infra-estrutura e serviços, diversidade econômica produtiva e organização e gestão do espaço urbano.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 O PROCESSO DE REVISÃO DO PRDI	10
1.1 Um Olhar sobre o Plano Anterior	10
1.2 A Metodologia de Construção do Novo Cenário	10
1.3 A Elaboração do Novo PRDI	12
2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	14
2.1 Características Gerais	14
2.2 Processo de Ocupação e Desenho Urbano Atual	14
2.3 Aspectos Sociais	16
2.3.1 Demografia	16
2.3.2 Trabalho e Renda	17
2.3.3 Educação	18
2.3.4 Saúde e Assistência Social	20
2.3.5 Cultura	21
2.3.6 Justiça e Segurança Pública	22
2.3.7 Habitação e Patrimônio Edificado	22
2.4 Infra-estrutura e recomposição urbana	24
2.4.1 Saneamento Ambiental	24
2.4.2 Iluminação e Drenagem	25
2.4.3 Comunicação	25
2.4.4 Transporte e Trânsito	25
2.4.5 Recomposição Urbana	26
2.5 Aspectos Econômicos	27
2.5.1 Comércio	27
2.5.2 Serviços	27
2.5.3 Indústria	28
2.5.4 Pesca	30
2.5.5 Atividades Náuticas	30
2.5.6 Economia dos Setores Populares e Grupos Associativos de Trabalho	30
2.6 Aspectos Organizativos	32

3	DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO	35
3.1	Potencialidades	35
3.2	Obstáculos	35
3.3	Oportunidades	36
3.4	Ameaças	36
4	O CENÁRIO : Itapagipe 2016	37
4.1	Slogan	37
4.2	Cenário	37
4.3	Algumas Considerações a Destacar	37
5	MODELO DE INTERVENÇÃO	39
5.1	Objetivos	40
5.1.1	Objetivo Geral	40
5.1.2	Objetivos Específicos	40
5.3	Estratégia	40
5.4	Diretrizes Estratégicas	40
5.5	Eixos Estruturantes	41
5.6	Dimensões, Eixos Temáticos e Linhas Gerais de Ação	41
5.6.1	Dimensão 1: Valorização do Fator Humano	41
5.6.2	Dimensão 2: Infra-estrutura e Serviços	43
5.6.3	Dimensão 3: Diversidade Econômica e Produtiva	44
5.6.4	Dimensão 4: Organização e Gestão do Espaço Urbano	45
5.7	Modelo de Plano de Ação	45
5.8	Indicadores de Avaliação	46
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	49
	Anexo 1 Tabelas	49
	Anexo 2 Resumo do Diagnóstico	52
	Anexo 3 Projetos em Curso	56

APRESENTAÇÃO

Ao dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento local que se instalou na região da Península de Itapagipe a partir de 1998, apresenta-se aqui uma segunda versão do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe - PRDI. Constituído-se num instrumento balizador das ações voltadas para o desenvolvimento local, o Plano Referencial original, elaborado no ano de 2000, necessitou ser revisto ao ser concluído o seu período de vigência, previsto para cinco anos.

O novo PRDI é fruto de um processo de construção coletiva, iniciado no ano de 2006 e concluído com a realização do VIIIº Encontro Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, realizado em dezembro de 2007, quando foi submetido à apreciação da comunidade itapagipana. Da sua elaboração participaram, em diversos momentos, moradores, empreendedores locais, representantes de organizações sociais e de instituições com intervenção na área, conforme será detalhado no primeiro capítulo.

O produto daí resultante pretende ser referência para o processo de desenvolvimento da Península de Itapagipe, com uma perspectiva temporal para os próximos dez anos.

O conjunto das proposições aqui contidas se assenta em quatro dimensões consideradas fundamentais, a saber: 1) valorização do fator humano, visando à superação de indicadores sociais negativos identificados na região, entendido como fundamental para que ocorra, na Península de Itapagipe, um desenvolvimento sustentável; 2) infra-estrutura e serviços, na perspectiva de remover entraves ao melhor aproveitamento do potencial econômico local e universalizar o acesso da população aos serviços; 3) diversidade econômica e produtiva, baseada no reconhecimento das múltiplas potencialidades econômicas do território e numa perspectiva de desenvolvimento menos concentradora de capital e mais intensiva em mão-de-obra; 4) organização e gestão do espaço urbano, baseada no compartilhamento e na co-responsabilização. Tais dimensões têm como eixos estruturantes as questões de raça/etnia, gênero e juventude.

Acredita-se que a conjugação de esforços dos diversos atores (sociedade civil local, empreendedores e poder público) convergindo na direção dessas dimensões essenciais, poderá fazer da Península de Itapagipe, em seu conjunto, um local bom de morar, de trabalhar, de viver. Este é o horizonte perseguido.

1 O PROCESSO DE REVISÃO DO PRDI

Revisar o Plano Referencial de Itapagipe 2000-2005 requereu, primeiramente, realizar uma avaliação da visão que ele propunha e dos êxitos que trouxe.

1.1 Um olhar sobre o Plano anterior

Destaca-se, antes de tudo, o salto de qualidade, em termos de assunção direta da responsabilidade para com o processo de desenvolvimento local, que o Plano induziu e determinou. A participação na definição de estratégias e de ações prioritárias, assim como o controle social da efetividade da implementação destas, são marcos fundamentais de uma crescente capacidade dos atores comunitários de se apropriarem das políticas que lhes dizem respeito. Apesar disso, pode-se salientar alguns aspectos do Plano que, ao longo do tempo, se mostraram insatisfatórios, necessitando de revisões.

Um primeiro limite a sinalizar é a visão predominantemente economicista que o Plano propõe, equacionando, de forma implícita, o desenvolvimento local com desenvolvimento econômico, como se este último fosse condição suficiente para galgar o primeiro. O foco do desenvolvimento previsto é o turismo, abordado enquanto setor privilegiado e, de fato, como principal saída para as atuais condições de degrado. O gargalo principal que estaria atravancando o bom êxito desta estratégia seria a falta de infra-estrutura urbana, setor em que propõe priorizar as intervenções e os investimentos.

Sem querer diminuir a importância do fator infra-estrutural para o objetivo do desenvolvimento local, parece necessário que esta preocupação seja acrescida do reconhecimento de que nenhum avanço substancial será atingido sem investir-se fortemente no fator humano. O que está posto hoje é a necessidade de se repensar o desenvolvimento local como processo integrado, sócio-político-cultural-econômico, pautado na concretização do rico potencial humano e ambiental que a Península tem. Este processo dificilmente poderá ocorrer se permanecerem inalterados os baixos índices de desenvolvimento humano e social que se traduzem em condições impeditivas para qualquer tipo de desenvolvimento.

Ao realizar-se esta avaliação do antigo Plano, reconheceu-se, como condição indispensável para a sua revisão, repensar o cenário que se quer para Itapagipe, com a perspectiva temporal para os próximos dez anos. A rapidez com que evoluíram as situações em momento recente fez com que as condições que influenciaram o cenário pensado anteriormente já não fossem mais pertinentes, merecendo reconsideração.

1.2 A metodologia de construção do novo cenário

Conforme uma tradição já bem enraizada na Península, o novo cenário tinha que ser construído de forma participativa, visando envolver os vários componentes da sociedade itapagipana. Uma metodologia participativa para a construção de cenários futuros foi proposta e avaliada pelas instâncias ativas no processo de desenvolvimento local (NAI e CAMMPI) e,

finalmente, aceita enquanto ferramenta capaz de nortear o processo visado, de acordo com os requisitos de inclusão e transparência, sempre priorizados.

O Workshop Europeu para a Construção de Cenários (European Awareness Scenario Workshop – EASW) é uma metodologia utilizada pela União Européia (isto explica a presença do adjetivo no título), nos primeiros anos de '90, e que serviu como ferramenta para a construção de inúmeros processos participativos, quer na elaboração de Agendas 21 locais, quer de políticas setoriais ou para a construção de cenário para uma cidade ou para um bairro. Apesar de tratar-se de uma ferramenta idealizada para contextos bastante diferentes da realidade baiana, acordou-se correr o risco, mantendo a atenção para eventuais necessidades de adaptação.

A metodologia do EASW está embasada na proposição de construir visões de futuro envolvendo um grupo propositalmente selecionado para representar a sociedade local nas suas articulações. Trabalha-se identificando quatro grupos setoriais: 1) a comunidade, 2) os empresários, 3) os técnicos/funcionários públicos e 4) os decisores públicos. Para ser aplicada, a metodologia precisa de um grupo organizador, um responsável pelo processo e um grupo de facilitadores para a condução do próprio evento. No nosso caso, o grupo organizador foi integrado pela CAMMPI, NAI, CIAGS-Ufba (que foi responsável pelo processo como um todo), e Ucsal (Universidade Católica do Salvador). Merece ser destacada a importância de contar com a presença de atores profundamente enraizados na comunidade para poder enfrentar as fases delicadas de preparação do evento.

A primeira tarefa é a de constituir um grupo, em torno de 35 a 40 pessoas, que vai elaborar o cenário, implicando a identificação e seleção de integrantes para cada grupo setorial, retratando a complexidade da realidade local. A tarefa do grupo organizador, de selecionar os participantes, é delicada e crucial, pois, especialmente em contextos socialmente mobilizados, o número dos potenciais participantes é normalmente muito maior do que é viável para trabalhar. Também é importante que os convites sejam entregues em contatos diretos para firmar o compromisso da participação com o convidado. De qualquer modo, na incerteza quanto ao comparecimento do convidado, é bom aumentar o número total de convites. Isto tudo remete ao problema do controle que temos sobre o processo que é, sempre, parcial e limitado.

O próprio processo de construção de cenário foi antecedido por um dia de trabalho sobre o conceito de desenvolvimento e o enquadramento do contexto itapagipano no âmbito soteropolitano, que aconteceu em agosto de 2006.

A construção do cenário propriamente dita aconteceu em dois encontros ocorridos respectivamente nos dias 27 de setembro e 18 de outubro de 2006.

O **primeiro encontro** teve duração de uma tarde e se desenvolveu através de trabalho em subgrupos com o objetivo de efetuar o levantamento das percepções dos participantes relativas ao estado atual da Península em comparação com aquele de há cinco anos atrás, além de indicar visões do desenvolvimento desejável, recursos e entraves no campo da ação. Esta etapa foi encerrada com a identificação dos aspectos convergentes emanados do trabalho em subgrupos. Em síntese, puderam ser destacadas as seguintes considerações: apesar da dinâmica ativada há anos, o processo de desenvolvimento da Península ainda fica travado. A

priorização do turismo não resultou em êxitos consideráveis, mas ainda não fica claro que razão dá conta do insucesso. Aliás, reconhece-se a necessidade de refletir e definir o *modelo de turismo* que se quer. Do mesmo modo, na proposta de *investir muito mais na dimensão humana* (educação, saúde, cultura), ainda não fica evidente se isso tem que ser considerado meio para o fim do desenvolvimento. Também há convergência em considerar necessária a diversificação dos eixos setoriais do próprio desenvolvimento econômico, bem além do turismo como opção única, foram feitas referências aos setores de confecção, náutico, de artesanato, da indústria moveleira, entre outros.

O **segundo encontro** teve a duração de um dia inteiro e o seu objetivo foi o de chegar à definição do cenário compartilhado para Itapagipe, sendo processado, primeiramente, por grupos setoriais, interpretando desejos e interesses de cada um dos setores, seja ele comunidade, empresários, técnicos ou decisores públicos. Depois de relacionados os pontos indicados pelos grupos, o responsável pelo processo e os facilitadores buscaram identificar os elementos de sobreposição e sintetizá-los, formulando os temas que vieram a ser o foco da segunda rodada de trabalho. Neste caso, o objetivo era passar da visão setorial à visão temática. Os eixos temáticos, sintetizados a partir das colocações dos grupos setoriais, foram os seguintes: diversificação econômico-produtiva, investimento no fator humano e educação, infra-estrutura e serviços. Acordou-se que o desenvolvimento de todos os temas teria que ser feito mantendo atenção constante aos conceitos de diversidade-identidade e de co-responsabilização e integração intersetorial, entendidos enquanto fios condutores e unificadores da visão em construção. Nesta segunda fase, os grupos foram compostos por integrantes dos vários segmentos e tiveram a tarefa de articular os elementos comuns, reconhecidos na etapa anterior do trabalho, relativos ou relacionados ao tema que é o foco do próprio grupo. Na medida do possível, cada grupo foi identificando ações prioritárias para perseguir o cenário desejado, recursos, entraves e sujeitos que poderiam ficar responsáveis pela implementação das várias ações.

Os resultados deste dia de trabalho foram entregues ao grupo organizador do evento, para finalizar a formulação do cenário e sistematizar a lista de ações prioritárias identificadas.

Concomitante à fase preparatória do processo aqui relatado, foi aplicada junto à CAMMPI a metodologia de **construção da linha do tempo**, com o objetivo de resgatar, através da reconstituição histórica da atuação das suas diversas subcomissões, os avanços obtidos nos últimos cinco anos e as necessidades ainda presentes. Esta ação favoreceu uma maior qualificação dos membros da CAMMPI para participar do processo de construção do cenário.

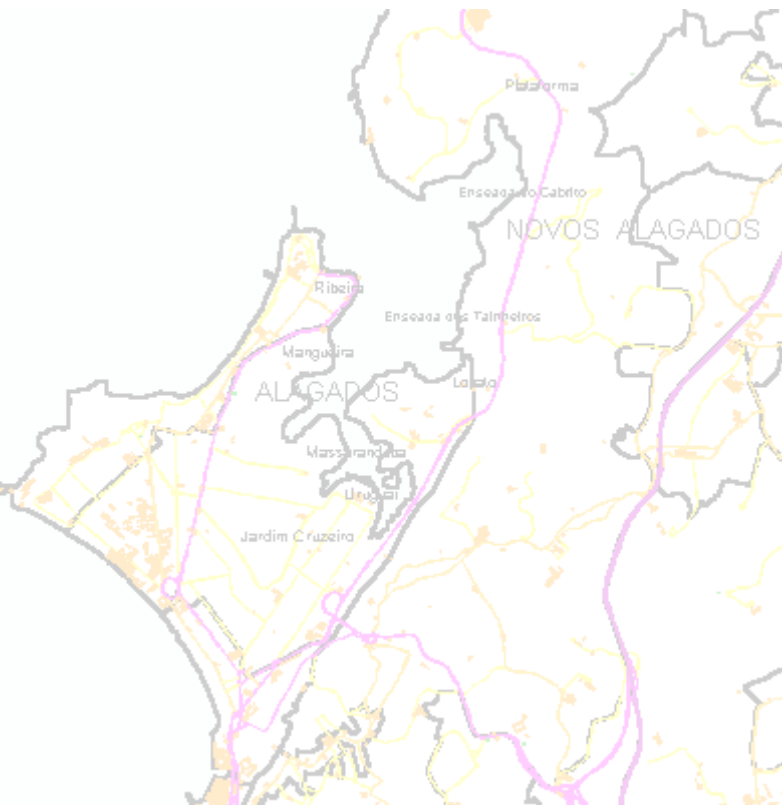
Para concluir o processo de elaboração do cenário, o texto daí emerso foi apresentado na VIIª Reunião Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, realizada em novembro de 2006, para a sua divulgação, discussão, revisão e legitimação.

1.3 A elaboração do novo PRDI

A trajetória de trabalho seguinte ao Fórum foi sendo desenhada na perspectiva de continuidade do processo de revisão do PRDI, sendo constituída pela realização dos **Seminários Temáticos**, organizados pelos membros da CAMMPI e assessores, com o objetivo de discutir com especialistas as políticas públicas para cada área, visando subsidiar a

definição de linhas gerais de ação para o novo PRDI. Tomando como referência os resultados de cada um dos Seminários Temáticos e o cenário já definido, foram realizadas as oficinas temáticas, de onde foram extraídas as principais linhas de ação para cada um dos eixos que passaram a constituir o novo PRDI.

Para finalização do processo, foi constituída uma comissão de sistematização dos subsídios coletados durante todo o processo de revisão, para a elaboração de uma versão preliminar do novo PRDI. Esta versão foi submetida à apreciação da CAMMPI e do NAI e, por fim, apresentada e discutida na VIII Reunião Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe, realizado em dezembro de 2007. A versão aqui apresentada incorpora as modificações indicadas por essas três instâncias.



2 Caracterização do Território

2.1 Características Gerais

Itapagipe está localizada na parte noroeste da Cidade do Salvador, abaixo da sua falha geológica, em área peninsular de 697 ha., que avança sobre a Baía de Todos os Santos. Compondo a IIª Região Administrativa de Salvador, conta com uma população de 170.725 habitantes (IBGE - 2000), distribuída, segundo este mesmo Instituto, em um conjunto de 14 bairros, a saber: Ribeira, Itapagipe, Bonfim, Monte Serrat, Dendezeiros, Bairro Machado, Uruguai, Vila Rui Barbosa, Massaranduba, Baixa do Petróleo, Alagados, Roma, Mares e Calçada, além do bairro do Lobato, que se localiza sobre a Península de Joanes.

Possui relevo eminentemente plano, com exceção das elevações da Colina do Bonfim e do Monte Serrat, contrastando com o relevo da Cidade Alta de Salvador. É dotada, também, de uma extensão de 4km de praias de águas tranquilas, propícias ao banho de mar e aos esportes e atividades náuticas.

No que tange ao padrão construtivo local, predominam as edificações baixas, que raramente excedem os quatro pavimentos, sendo que, principalmente na região da Ribeira, merece registro a existência de um número considerável de casarões antigos, nem sempre conservados, e diversas edificações de valor histórico e arquitetônico, que também são encontradas nos bairros do Bonfim e Monte Serrat.

Itapagipe também é conhecida por ter sido área de localização das indústrias do primeiro ciclo de industrialização da Bahia, ocorrido a partir dos anos 40, razão pela qual a sua feição é marcada por um grande número de galpões de antigas fábricas e de depósitos que se constituíam em estruturas de apoio às mesmas. Este processo de industrialização não foi suficiente para absorver o grande contingente de pessoas que para lá se deslocaram, induzindo a formação da maior aglomeração de palafitas existente no país.

Assim é que, apesar de ser possuidora de um importante patrimônio natural, histórico e cultural, a Península é dona de um dos maiores bolsões de pobreza da cidade do Salvador.

2.2 Processo de Ocupação e Desenho Urbano Atual

A ocupação desta área da cidade, ainda nos tempos coloniais, se deveu a duas razões inicialmente: a ribeira, situada no extremo da Península, que reunia condições ideais para a construção e reparo das naus indispensáveis ao comércio de grande curso que prevalecia como atividade econômica da época e a construção do Forte de Monte Serrat, entre 1583 e 1587, com objetivo de defesa da cidade. Seguiu-se a construção das Igrejas de Monte Serrat, doada aos beneditinos, a Igreja da Boa Viagem, onde se encontra a imagem do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a Igreja da Penha, com seu "palácio de verão" e seu passadiço de galeria. Na metade do séc. XVIII, com a construção da Igreja

do Bonfim, a Península veio a se tornar em importante centro de espiritualidade, sendo atração de grandes levas de romeiros.

Devido à forte ligação com o mar, as principais atividades econômicas inicialmente foram a carpintaria naval e a atividade pesqueira, destacando-se a pesca da baleia.

Mais tarde, a Península de Itapagipe empresta suas praias de águas tranqüilas e suas belas paisagens a abastados veranistas que se deslocavam do centro antigo da cidade de Salvador, muitos deles passando a se instalar como moradores permanentes.

Já nos finais do século XIX, instala-se em Itapagipe a primeira indústria, do ramo da tecelagem, a Cia. Empório Industrial do Norte, com a sua vila operária, que iria contribuir, posteriormente, para transformar esta região na primeira zona industrial da Cidade.

Mas é em meados do século XX, precisamente nas décadas de 40 e 50, em função da sua localização próxima ao porto e à estação férrea, que o perfil da região sofre drástica mudança: instalaram-se em Itapagipe diversas indústrias de médio e grande porte dos ramos de bebidas, têxtil, de cigarros, de beneficiamento do cacau, de sabão, de cal, de óleo vegetal e de produtos químicos, além da expansão de estaleiros e de grandes armazéns, responsáveis pela estocagem de matéria prima e de produtos manufaturados para exportação. Essas indústrias, ao tempo em que ofertaram postos de trabalho significativos na época, trouxeram problemas ambientais e habitacionais que marcaram e marcam até hoje as condições de vida na Península.

Esse processo de industrialização mostrou-se incapaz de absorver o grande fluxo migratório que se direcionou a essa região, constituído por um contingente populacional de baixíssimo nível de escolaridade e de renda, resultando num processo crescente de marginalização de indivíduos que, por questões objetivas, passaram a pressionar por espaços de moradia. Sendo inviáveis as possibilidades de participação desse segmento populacional no mercado de imóveis, a "invasão" se tornou a alternativa habitacional possível.


A produção acadêmica notifica que as primeiras ocupações de terra se dão no ano de 1946, sendo uma delas às margens da Enseada dos Tainheiros, num trecho da então denominada Fazenda do Coronel, localizada na Massaranduba. Dava-se, então, início à primeira etapa de formação dos "Alagados", denominação que passou a ser atribuída ao conjunto de ocupações contíguas ocorridas na Enseada dos Tainheiros, em área de mangue, onde eram edificadas construções rústicas de madeira sob palafitas.

Em 1949 registra-se mais um espaço de terra ocupado à margem do Caminho de Areia, área que, estrategicamente, veio a ser denominada de Vila Rui Barbosa e, a partir de 1952, intensifica-se a ocupação do manguezal da Enseada dos Tainheiros, vindo a constituir a maior ocupação de palafitas do país. Por diversos processos de aterramento, em grande medida de iniciativa dos próprios moradores, vastas áreas foram conquistadas ao mar.

No entanto, dois fatores principais concorreram para a decadência da industrialização nesta área: a implantação de novos pólos industriais próximos a Salvador (o de Aratu e o de Camaçari) e a pressão crescente da comunidade local contra a poluição ambiental causada pelas

fábricas. O passivo social e ambiental deixado por este processo industrial decadente se expressa no desemprego e na situação de pobreza da população, na degradação ambiental — afetando principalmente a pesca — e na falta de perspectivas quanto a novos processos de desenvolvimento. Itapagipe torna-se, assim, uma área de economia deprimida e dona de um dos maiores bolsões de pobreza de Salvador.

O conjunto destas ocorrências resultou em um desenho urbano de Itapagipe configurado em quatro áreas com características de uso e ocupação diferenciadas:

- 
- a) A área da Calçada, que inclui o trecho que vai de Roma até as cercanias da Estação da Leste, incluindo Mares, apresenta menor densidade residencial e é onde se concentram atividades do comércio atacadista de alimentos e varejista diversificado, além de bancos e clínicas de saúde. O padrão construtivo é caracterizado por edificações onde predominam os quatro pavimentos, sendo a única área da Península onde poucas edificações chegam a exceder este gabarito.
 - b) A área da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem, que constitui o sítio histórico local, concentrando o principal acervo arquitetônico da Península. Nesta área se encontram as habitações de melhor padrão construtivo, consistindo, predominantemente, em casas de dois pavimentos. Além do Forte e das mais tradicionais Igrejas, encontram-se também aí o conjunto arquitetônico que forma a vila operária da antiga fábrica Luis Tarquínio e diversos casarões, dentre os quais se destacam: o casarão Amado Bahia, o casarão Marback, a conhecida Casa Branca do SESI e o casarão da família Machado, hoje ocupado pelo Abrigo D. Pedro II.
 - c) A área do Uruguai, Massaranduba, Vila Rui Barbosa, Baixa do Petróleo e Alagados, que constitui o setor mais densamente ocupado, mais pobre e desprovido de equipamentos sociais. Possui grande parte de sua área conquistada ao mar por sucessivos aterros, sendo parcialmente consolidada, na medida em que persistem áreas ocupadas na forma de palafitas. Na área já consolidada, predomina o uso residencial, associado à proliferação do pequeno comércio informal. Na área de palafitas, a situação é de extrema precariedade em todos os aspectos. O bairro de Lobato, integrante da mesma RA-II, pode ser inserido nesta categoria, pelas semelhanças que guarda quando ao processo de ocupação, densidade demográfica e nível de renda dos moradores.
 - d) A área de Dendezeiros, Bairro Machado e Itapagipe combina o uso residencial e um pequeno comércio formal, voltado para atender às necessidades locais, que inclui pequenos shoppings, padarias, açougues, farmácias e supermercados, entre outros.

2.3 Aspectos Sociais

2.3.1 Demografia

A área que constitui a Região Administrativa II - Itapagipe, formada pelas penínsulas de Itapagipe e Joanes, abriga uma população de 170.725 habitantes, distribuídos desigualmente por este território. Dentre os bairros mais populosos, desponta o Uruguai, que responde, sozinho, por 16,3% da população total, embora em relação ao censo de 1991 tenha sofrido decréscimo populacional relativo da ordem de - 24,77%. Por outro lado, os

bairros de Mares e Calçada, agregados, respondem por apenas 1,5% da população residente total, visto serem áreas onde há grande concentração de atividades comerciais e de serviços.

O incremento populacional relativo da região atingiu apenas 4,16 pontos percentuais em relação ao censo IBGE – 1991, sendo que bairros como o Uruguai, Roma e Monte Serrat perderam população, enquanto outros como Alagados, Ribeira, Dendezeiros e Vila Rui Barbosa tiveram incremento relativo de mais de 20% (ver Tabela I anexa). Se tomarmos os bairros agregados por faixa de renda média, observamos que, naquele grupo cuja população possui renda média mensal menor que 3 salários mínimos, ocorreu um incremento populacional negativo de - 0,89%; enquanto que nos grupos de bairro onde a renda mensal dos moradores situa-se entre 3 a menos de 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos, os dados encontrados apontam incremento positivo de 10,54% e 4,63% respectivamente (ver tabela II anexa). Pode-se atribuir esta mudança constatada mais à mobilidade interna, de bairro a bairro, do que por força do crescimento vegetativo ou decorrente de mobilidade externa (habitantes procedentes de outras localidades).

Há uma predominância de pessoas do sexo feminino, correspondendo a 53,0% da população, enquanto que as do sexo masculino representam 47,0%. É importante destacar que, observando-se a tabela III anexa, verifica-se que, na primeira faixa etária, de 0 a 04 anos, predomina a população masculina (51,03%) enquanto a população feminina atinge o percentual de 48,97. A predominância masculina se mantém até a faixa de 10 a 14 anos, após o que vai se tornando crescente o predomínio feminino. Isto é indicativo, não só da maior longevidade feminina, como da prematuridade da morte da população masculina.

A famosa pirâmide etária de outrora também se encontra desfigurada na RA-II, vez que as maiores incidências recaem não mais nas faixas de menor idade, mas sobre as faixas etárias que vão de 15 a 24 anos (22,02% do total). Cabe fazer referência ao fato de que 9% da população local se encontra nas faixas etárias de 60 anos a mais. De qualquer modo, há uma predominância da população jovem, desde quando 55,75% da população total possui menos de 30 anos de idade.

Com referência à cor ou raça, ainda com base em dados do censo IBGE – 2000, tem-se que predominam os que se declararam pardos (58,35%), seguidos dos brancos (21,17%) e dos negros (19,16%). As demais aparecem com percentuais pouco expressivos, menores que 1%.

A religião preponderante é a católica, com 61,45% de incidência, seguindo os sem religião (17,65%) e as religiões evangélicas (13,0%). Os adeptos das religiões de matriz africana correspondem a apenas 0,42% dos habitantes.

2.3.2 Trabalho e Renda

Tomando-se por referência o rendimento mensal médio em salários mínimos, tem-se que 48,4% da população possui rendimento médio mensal abaixo de 3 salários mínimos e encontra-se localizada nos bairros de Alagados, Baixa do Petróleo, Lobato, Bairro Machado e Uruguai. Acrescenta-se que 29,96% possui rendimento mensal médio de 3 a menos de 5 salários mínimos e inclui os moradores dos bairros de Calçada, Itapagipe, Massaranduba, Vila Rui Barbosa e Mares. Os que possuem rendimento médio mensal maior que 5 salários mínimos representam 21,10% da população total e estão situados nos bairros de Dendezeiros,

Roma, Monte Serrat, Ribeira e Bonfim. Destaca-se que o menor rendimento mensal médio é de 1,38 salários mínimos, sendo relativo aos moradores de Alagados e o maior rendimento mensal médio é de 7,69 salários mínimos, referente aos moradores do bairro do Bonfim. (ver tabela IV anexa)

Considerando os rendimentos dos responsáveis por domicílios, tem-se que 12,15% declararam-se sem rendimento e 23,19% percebem até 1 salário mínimo. Na faixa de renda menor que 3 salários mínimos, situam-se 66,86% dos responsáveis por domicílio, enquanto que nas faixas de 3 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos situam-se, respectivamente, 14,22% e 13,25% dos responsáveis por domicílio. Nas faixas superiores a 10 salários mínimos, este percentual cai para 5,68. Comparando-se com dados do censo IBGE – 1991, houve uma melhoria nos níveis de renda dos responsáveis por domicílio na RA-II, vez que se constatou a diminuição de percentuais nas faixas de renda menores que 3 salários mínimos (somando, anteriormente 71,2%) e o aumento dos percentuais das faixas de renda superiores a esta.

Relacionando as faixas de rendimento nominal mensal dos responsáveis por domicílios com a variável sexo, constata-se que, nas faixas de renda mais baixas, até 1 salário mínimo, os maiores percentuais incidem sobre as mulheres (59% contra 41% para os homens). À medida que sobem as faixas de renda, diminui a incidência sobre as mulheres e aumenta sobre os homens, chegando a uma discrepância de 14,68% sobre as mulheres contra 85,32% sobre os homens, quando se trata da faixa de renda de mais de 20 salários mínimos (ver tabela V anexa). Evidencia-se, também, nesta tabela, que quase 40% dos responsáveis por domicílio são mulheres.

É importante registrar que, apesar de no geral perceberem baixos rendimentos, 74,28% dos trabalhadores da região de Itapagipe dedicam 40 ou mais horas semanais às atividades laborais, sendo que 44,45% trabalham durante 45 ou mais horas semanais. Assim, inexistente uma relação direta entre o esforço empreendido e a recompensa financeira por este esforço.

Com referência à ocupação dos residentes, tem-se que 67% estudam ou trabalham e 33% não trabalham nem estudam. A população economicamente ativa, com dez anos ou mais de idade, era de 58,73% em 2000. Entre os empregados (72,56%), 44,24% possuem carteira assinada, 6,08% são militares ou funcionários públicos, 22,23% possuem relação de trabalho precária, sem carteira assinada, 23,32% trabalham por conta própria e apenas 2,78% são empregadores. Existem, ainda, em percentual menor, aqueles que trabalham sem remuneração, em ajuda a parentes ou na produção para consumo próprio (1,32%). O percentual de desempregados girava em torno de 27,5%, compatível com a taxa de desemprego para a RMS à época.

As ocupações no trabalho principal das pessoas residentes empregadas, com 10 anos ou mais de idade, são as seguintes: trabalhadores dos serviços, vendedores em lojas e mercados, 39,83%; produção de bens e serviços industriais, 18,57%; trabalhadores de serviços administrativos, 14,63%; técnicos de nível médio, 11,05%; profissionais de ciências e artes, 5,58%; membros superiores de empresas e setor público, 3,95%; reparação e manutenção, 2,38%; policiais, bombeiros e militares, 2,33%; agropecuária, caça e pesca, 0,62%; ocupações mal especificadas, 0,70%.

2.3.3 Educação

Dados do censo IBGE – 2000 indicam que a população de estudantes de região de Itapagipe corresponde a 35,6% do total. Destes, a maioria

(57,11%) encontra-se cursando o ensino fundamental. Seguem-se os que estão no ensino médio (20,90%) e na pré-escola (13,29%). O ensino superior é freqüentado por 3,92% da população e às creches tem acesso 2,47% desta. Registram-se, também, 1,72% cursando pré-vestibular, 0,45% na alfabetização de adultos e 0,31% no mestrado ou doutorado.

Remetendo-se aos anos de estudo da população com mais de 10 anos de idade, a maior incidência (32,78%) recai sobre os que estudaram de 4 a 7 anos, o que corresponde ao ensino fundamental incompleto. Seguem-se aqueles que estão na faixa de 11 a 14 anos (26,09%), que corresponde ao ensino médio completo ou superior incompleto e os da faixa 8 a 10 anos de estudo (19,89%), que se traduz no ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto. Merecem também destaque a faixa de 1 a 3 anos de estudo (12,39%) e os sem instrução ou com menos de um ano de estudo (4,92%). Apenas 3,13% possuem 15 anos de estudo a mais, ou seja, o nível superior completo, mestrado ou doutorado em curso ou concluído. Pode-se, assim, afirmar que o nível de instrução dos itapagipanos é baixo relativamente às exigências do mercado de trabalho atual, carecendo de grandes investimentos neste particular.

Segundo dados do Censo Escolar do MEC – 2004, a rede pública na RA-II é constituída por 24 unidades de educação infantil, sendo 20 escolas municipais que ofertam classes de educação infantil e 04 estaduais; das escolas do ensino fundamental, 24 são municipais e 12 são estaduais e as escolas do ensino médio, em número de 09, são todas elas estaduais. A rede particular é constituída por 34 escolas de educação infantil, 27 do ensino fundamental e 06 do segundo grau. Cabe fazer referência às escolas e creches comunitárias que têm atuação expressiva na área da educação infantil, sobre o conjunto das quais, entretanto, não obtivemos dados precisos.

Considerando-se o número de alunos matriculados, na educação infantil, a rede pública atendia, no ano de 2004, a 625 alunos, enquanto que 3.526 eram atendidos pela rede particular. No ensino fundamental, a rede municipal matriculou 8.284 alunos e a rede estadual 12.782, enquanto que a rede particular matriculou 5.102 alunos. Em relação ao ensino médio, 12.962 estavam matriculados na rede estadual e apenas 849 na rede particular.

Verifica-se, portanto, com referência à educação infantil, uma maior participação da rede particular, visto ser a atenção da rede pública em relação a este segmento ainda pequena, em face da demanda existente. Cabe, mais uma vez, fazer referência à ação das escolas e creches comunitárias, que vêm enfrentando dificuldades na sua ação, principalmente pela irregularidade e limitação do subsídio financeiro dotado pelo poder público municipal.

No ensino fundamental, a preponderância passa a ser da rede pública, sendo que o Estado apresenta, ainda, um maior número de alunos matriculados no 3º e 4º ciclos (5ª a 8ª séries), enquanto que a esfera municipal apresenta um maior número de escolas, atendo-se às séries iniciais. Entretanto, parte destas escolas apresenta estrutura deficiente, funcionando, em grande medida, em prédios adaptados. Apesar destas limitações, vem existindo um esforço da Coordenadoria Regional de Educação – Cidade Baixa para integrar as escolas ao processo de desenvolvimento local que se realiza em Itapagipe. Este esforço se encontra materializado na inclusão da história da região no currículo das escolas, através do Projeto Memórias de Itapagipe e da utilização da

enciclopédia digital, elaborada por encomenda da Fundação Gregório de Mattos, que enfoca aspectos da cultura local para fomentar a renovação curricular das escolas municipais.

Quanto ao ensino médio, a rede estadual supera as demais tanto em alunos matriculados quanto em número de escolas. Com exceções, estas escolas se encontram decadentes e ociosas no período vespertino. Na região da Ribeira, um dos mais tradicionais colégios, o João Florêncio Gomes, foi cedido à administração do Colégio da Polícia Militar e destinado à educação de familiares de policiais militares. Nos últimos anos, apenas um novo colégio público, o Complexo Múltiplo Oscar Cordeiro, foi implantado na área.

No âmbito da capacitação profissional para jovens, algumas iniciativas foram tomadas; entretanto, ainda limitadas em relação à demanda. Foram elas: o Pró-Jovem, o Consórcio da Juventude, programa do governo federal coordenado em nível local pela ONG Avante, o Projeto Escola de Fábrica e, mais recentemente, o Programa Jovens Baianos, desenvolvidos pela SEDES, além dos projetos da Empresa Educativa de Roma do Programa Cidade Mãe.

2.3.4 Saúde e Assistência Social

A cobertura do sistema de saúde na área é bastante limitada, haja vista que o Programa Saúde da Família, base e porta de acesso ao sistema, tem a sua atuação restrita aos moradores dos conjuntos Joanes Leste e Joanes Centro Oeste, ambos no bairro de Lobato, através de equipes sediadas em dois novos postos de saúde. Em toda área de Itapagipe, como programa de base, existe apenas a ação dos agentes comunitários de saúde, mesmo assim sem atingir a cobertura necessária. Dois Centros de Saúde, localizados na Massaranduba e no Bonfim, constituem as unidades básicas para dar cobertura a uma população em torno de 148.000 habitantes. Atentas aos problemas desta área, três organizações comunitárias implantaram os seus próprios postos de saúde, sendo que um deles presta atendimento na área da chamada "medicina alternativa" e os demais atendem a curativos, aplicação de injeção, controle de pressão arterial e glicemia, realizam palestras e um deles presta atendimento odontológico.

A RAI – Itapagipe conta com cinco Hospitais, sendo dois da rede particular (o Hospital Agenor Paiva e o Hospital Sagrada Família), um filantrópico (o Hospital Santo Antônio), que possui enorme procura e dois hospitais estaduais: um especializado em doenças infecto-contagiosas (Hospital Couto Maia) e outro para atendimento a emergências (Hospital São Jorge ou PAM de Roma), que se encontra pessimamente aparelhado e com edificações subutilizadas.

Cabe fazer referência, ainda, à existência, no território, de um Centro de Atenção Psico-Social – CAPS, para viabilizar uma nova política de atenção à saúde mental e uma unidade de referência em anemia falciforme, instalada no 10º Centro de Saúde.

Na área da assistência social, foram implantados dois Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, um no Lobato e outro na Massaranduba, para viabilizar a política pública desta área. Entretanto, considerando que a capacidade de atendimento das equipes técnicas destes centros é de cerca de mil famílias cada e, considerando o baixo nível de renda da população local, verifica-se uma grande defasagem entre esta capacidade de atendimento e a demanda concreta.

Outros programas da área da assistência social, voltados para a juventude, a exemplo do PETI e do Programa Agente Jovem, são desenvolvidos em parceria com organizações comunitárias locais. Entretanto, com as dificuldades e limitações impostas pela falta de regularidade na liberação de recursos por parte do poder público, deixam de promover impactos expressivos.

2.3.5 Cultura

Itapagipe desponta como uma área de inquestionável beleza natural, que possui um considerável patrimônio cultural material e imaterial e um clima interiorano marcado por certo “ar bucólico” e por laços sociais estreitos entre vizinhos. Os moradores, em sua maioria, guardam o sentido de pertencimento ao território, preservando uma singular identidade: o ser itapagipano. Embora estas características venham se perdendo com o passar do tempo, quer pelo descuido com o local e a sua decadência econômica, quer pela ausência do Estado e a propagação da cultura do medo e da violência, Itapagipe é um local que guarda peculiaridades interessantes em relação ao resto da cidade.

Ainda hoje, conta com um calendário cultural expressivo e diversificado, com manifestações festivas religiosas e populares que se tornaram tradicionais. Tanto as festas religiosas como os folguedos, inicialmente organizados por pessoas da comunidade, favorecendo momentos de entretenimento e integração entre os moradores, projetaram a localidade para a cidade como um todo. A maioria destas festividades acontecia, e a maioria delas ainda acontece, durante o verão (Festa do Senhor dos Navegantes, Ternos de Reis, Festejos do Bonfim, Segunda-feira Gorda da Ribeira, Carnaval do Uruguai e da Ribeira), excetuando-se as trezenas de Santo Antônio e os festejos de São João e São Pedro que acontecem, sem o mesmo brilho de outrora, no mês de junho. Além disso, merece destaque o seu patrimônio arquitetônico, o artesanato, a gastronomia e uma diversidade de grupos culturais e artísticos que buscam espaço de expressão dentro e fora do território.

No que pese a diversidade cultural existente em Itapagipe, nos últimos anos, vem se observando um processo de desarticulação dos grupos artísticos e gerando a redução e a latência de algumas manifestações culturais, ou seja, o desaparecimento de diversas expressões tradicionais e surgimento de outras atividades, sem vínculos com os aspectos genuínos da cultura local, cedendo espaço a um processo de pasteurização da cultura.

A percepção de que a cultura é indutora e amálgama do desenvolvimento sustentável, faz dela um fator de especial atenção no processo de desenvolvimento local que se processa em Itapagipe. Atenta a isto, e tomando como referência o Plano de Cultura já esboçado, dois caminhos principais estão em perspectiva na ação da Subcomissão de Cultura e Informação da CAMMPI: o primeiro é a implantação de um pólo de articulação e de fomento artístico cultural como um dos eixos da transformação sócio-econômica da Península de Itapagipe; o segundo diz respeito à obtenção de espaços públicos ampliados para acolher a demanda artística local e facilitar o acesso da população aos bens e serviços culturais. Nesta perspectiva, foi elaborado o projeto do Centro de Cultura de Alagados - CENCA, a partir das ruínas do antigo Cine Teatro Alagados, que se encontra em fase de captação de recursos para a sua execução.

Em termos de equipamentos culturais, a Península de Itapagipe é dotada de poucos espaços, a saber: o Teatro Cena Um, o Centro Cultural do SESI, o Instituto de Cultura Brasil Itália Europa, a Biblioteca Municipal Prof. Edgard Santos e o Espaço Cultural Alagados, sendo apenas estes dois últimos equipamentos públicos.

2.3.6 Justiça e Segurança Pública

Os avanços ocorridos nesta área, com a implantação de sete Balcões de Justiça e Cidadania e a instalação de novos conselhos comunitários de segurança foram efêmeros. Os Balcões de Justiça, com foco na mediação de querelas jurídicas, visando resolver impasses e evitar a ação judicial, atualmente foram reduzidos a apenas duas unidades (uma no Lobato e uma em Itapagipe). Por outro lado, os conselhos comunitários de segurança, em número de três, não vêm conseguindo cumprir a sua missão de promover a aproximação entre a polícia e a comunidade.

De fato, vem-se instalando, de forma crescente, um clima de permanente tensão entre os moradores, notadamente nos bairros cuja população possui menores níveis de renda. De um lado, uma juventude ociosa, sem oportunidades de formação para o desenvolvimento pessoal e sem perspectivas futuras diferentes da realidade que vivenciam, é presa fácil para o mundo da criminalidade; este caminho a leva a cometer delitos que vão dos roubos e da participação no mundo do consumo e do tráfico de drogas, aos assassinatos e aos incêndios de palafitas. De outro lado, uma ação policial unicamente repressiva, truculenta, corrupta, discriminatória e, por vezes, em desrespeito à lei, contribuindo para a disseminação em cadeia da violência. Trata-se, portanto, de uma polícia que amedronta, quer pela disseminação indiscriminada da truculência, quer pela exigência da delação dos suspeitos.

Neste clima, vem imperando a "lei do silêncio" e a disseminação do medo entre os moradores, a determinação de horários para o trânsito livre, a formação de guetos e de gangues, o conflito entre estas e, como consequência, a estigmatização da área como morada de delinqüentes, diminuindo ainda mais as oportunidades de emprego para os residentes. A ação policial esporádica e repressiva, não tem demonstrado qualquer eficácia.

As iniciativas por parte das organizações locais junto a crianças, adolescentes e jovens, com forte caráter preventivo, não têm sido suficientes para reverter este quadro, carecendo de uma presença ampla, integrada e continuada do Estado, para gerar novas oportunidades para a juventude e para as famílias, sem criar a dependência que elimina a iniciativa pessoal e comunitária.

2.3.7 Habitação e Patrimônio Edificado

Segundo dados do censo IBGE – 2000, foram computados na RAI - Itapagipe 43.915 domicílios ocupados, dos quais 85,14% são unifamiliares e 14,86% são plurifamiliares. Disto resulta uma média de 3,88 pessoas por domicílio, sendo que, no conjunto de bairros, cuja população auferir menor renda, esta média sobe para 5,3 pessoas por domicílio. Verifica-se, deste modo, uma relação perversa, vez que os domicílios das pessoas de menor rendimento são, em geral, menores e precários. A ação do Estado junto a este segmento populacional, por seu turno, não tem contribuído para ampliar os espaços de moradia. Ao contrário, as famílias estão sendo confinadas em unidades residenciais em torno de 30m², sendo que, na

área de Joanes Centro Oeste (Lobato), as unidades entregues à população possuem 12m², com poucas possibilidades de ampliação.

O maior e mais grave problema habitacional desta área, é constituído pela formação de Alagados, como já referido, que vem sendo objeto de intervenção do Programa Ribeira Azul, desenvolvido pela CONDER. Este Programa visa promover a melhoria das condições de habitação e habitabilidade mediante a remoção de todas as palafitas da Enseada dos Tainheiros, através de aterros, relocação da população para novas unidades residenciais, melhorias habitacionais, dotação de infra-estrutura urbana e a construção de uma via de circulação de veículos contornando toda a Enseada. Com esta, pretendem não só facilitar o acesso de serviços, como freiar a continuidade do processo de crescimento da ocupação por palafitas nessa Enseada. Das 1.580 novas unidades a ser construídas, apenas 582 foram concluídas em cinco anos de trabalho, correspondendo às obras da 1ª Etapa de Alagados IV e V, Alagados III e Joanes Azul. As demais unidades a ser construídas constarão dos projetos da 2ª Etapa de Alagados IV e V, Alagados VI e Mangueira. Há, ainda, a previsão de realizar, na região de Alagados, cerca de 400 melhorias habitacionais.

Para além da poligonal de intervenção do Programa Ribeira Azul, outros problemas habitacionais são encontrados na RAI – Itapagipe, entre os quais destacamos: 1) as moradias em palafita na área de Pedra Furada e Mirante do Bonfim, cuja urbanização já está incluída no Programa Viver Melhor II do Governo Estadual e em fase de pré-projeto; 2) a existência de casas precárias de madeirite em áreas já consolidadas, que foram objeto de intervenção de projetos de urbanização da década de 80, desenvolvidos pela extinta AMESA, cuja solução está sendo encaminhada através de projeto de gestão comunitária; 3) projeto de urbanização inconclusa na área do Conjunto Joanes Centro Oeste, onde permanecem situações graves de desconforto e insalubridade; 4) a existência de uma ocupação desordenada, precária e insalubre na região inferior do Viaduto dos motoristas; 5) a existência de cinco ocupações dos sem teto em instalações precárias e degradadas de antigas fábricas (Barreto de Araújo, Toster, Alfred), além de um galpão da Leste e a antiga Escola N. S. da Penha, onde está alojado um total de 439 famílias, segundo dados da SEHAB; 6) a existência de extensa área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) carecendo de regulamentação.

A questão fundiária na região de Itapagipe, toda ela considerada área de marinha ou acrescidos de marinha, por conta dos sucessivos aterros que foram realizados, passou a ser mais recentemente enfrentada, através de programa de regularização fundiária. Este programa vem sendo realizado em áreas já consolidadas, que foram objeto de intervenção da extinta AMESA, numa parceria firmada entre a CONDER e o Patrimônio da União, este último detentor da propriedade da área. Estando, portanto, em processamento, foram efetuados cerca de 1.200 cadastros e entregues 540 títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

Quanto ao patrimônio edificado, tem-se a destacar a existência de 06 igrejas de arquitetura colonial e 01 mais recente, inaugurada pelo Papa João Paulo II. Além disso, possui uma fortificação do século XVI, o Forte do Monte Serrat. Este patrimônio se encontra em bom estado de conservação por conta de restaurações relativamente recentes que foram realizadas. O mesmo não pode ser dito em relação aos antigos casarões, cuja maioria se encontra em deterioração, sem ocupação ou sem acesso à visitaçãõ. Nesta situação podem ser destacados: os casarões Amado Bahia e

Marback, o palacete ocupado pelo Abrigo D. Pedro II, o prédio do antigo Cine Roma, em reforma para abrigar uma Igreja e o Memorial Irmã Dulce, entre outros. Em bom estado de conservação e uso encontram-se o Convento das Missionárias do São Francisco, o casarão da família Machado, hoje Centro Cultural do SESI e o prédio ocupado pelo Hospital Couto Maia. As estruturas de antigas fábricas e depósitos encontram-se, majoritariamente, em degradação e à espera de projetos que lhes dêem nova utilização. Cabe destaque as antigas fábricas Barreto de Araújo, Fratelli Vita, Souza Cruz e Empório Industrial, sendo que esta última sofreu um incêndio no ano de 2000 que lhe destruiu boa parte e vem funcionando, juntamente com a antiga Souza Cruz, como companhia aduaneira, gerando um conflito de uso com a área circunvizinha, onde se localizam hospital, asilo de idosos, escolas e residências.

2.4 Infra-estrutura e Recomposição Urbana

2.4.1 Saneamento Ambiental

A questão ambiental em Itapagipe, apesar de ainda apresentar problemas graves, obteve, nos últimos anos, sensível melhora. A ação do Programa Baía Azul resultou, segundo dados do IBGE - 2000 na ligação de 87,44% dos domicílios à rede de esgotamento sanitário, sendo que, no cômputo geral, 89,39% dos domicílios se encontram com solução adequada de escoamento. Entre outros benefícios, isto resultou na despoluição das praias, tornando balneáveis as praias do Bogari, Boa Viagem e Canta Galo. Neste particular, a situação ainda se apresenta grave na região da Enseada dos Tainheiros e na Pedra Furada.

A cobertura do serviço de abastecimento de água atinge 95,26% dos domicílios, embora se registrem queixas quanto à interrupção do fornecimento, principalmente durante o verão. Na área de palafitas, há problemas mais graves quanto ao acesso à água tratada.

Quanto aos resíduos sólidos, tem-se que 83% dos domicílios são servidos com coleta adequada. Na área das palafitas da Enseada dos Tainheiros, onde a coleta se torna difícil, foi colocada pela LIMPURB uma rede de proteção no mar, entre o Lobato e a Mangueira, para reter a passagem de objetos e sacos plásticos que são lançados na maré pelos moradores. Neste ponto, os resíduos são coletados por balsas e colocados em caminhões para destinação adequada.

A herança do período industrial é particularmente nefasta com respeito ao meio ambiente, deixando, entre outras seqüelas, uma grande quantidade de mercúrio depositada na Enseada dos Tainheiros, de modo que o perigo de contaminação dos mariscos da região por este produto é uma presença constante. O armazenamento de contêineres com material tóxico nas instalações das antigas fábricas Empório e Souza Cruz constitui-se, também, em perigo constante para moradores das proximidades e usuários do Hospital Santo Antônio, Abrigo D. Pedro II e escolas que lhe são vizinhas, conforme ficou comprovado com a ocorrência de incêndio em setembro de 2000.

Outro fato preocupante com respeito à degradação do meio ambiente na região é a prática da pesca com bomba, o que tem contribuído para diminuir, ainda mais, a piscosidade na Baía de Todos os Santos. As medidas tomadas para buscar coibir esta prática ainda não têm apresentado eficácia.

A ocupação da área de entorno da Enseada dos Tainheiros, que se deu ao longo de anos, provocou a destruição progressiva do manguezal, restando, apenas, a Ilha do Rato, cujo ecossistema se encontra fortemente ameaçado pelos seguidos aterros que já efetivaram a sua ligação ao continente.

2.4.2 Iluminação e drenagem

O problema de drenagem em toda a região da Cidade Baixa é particularmente grave, principalmente naqueles trechos que se situam abaixo do nível do mar. O sistema existente é antigo e também não responde aos sucessivos aterros que foram ocorrendo na área. Deste modo, são freqüentes os alagamentos que trazem sérios prejuízos aos moradores e transeuntes. Pela gravidade do problema, as obras relativas à macro drenagem das bacias de Itapagipe e Joanes foram colocadas como prioridade no orçamento municipal dos anos de 2006 e 2007, muito embora, até o momento, não tivessem sido efetuadas.

No que se refere à iluminação elétrica, a cobertura deste serviço atinge 99,48% dos domicílios e, particularmente em relação à iluminação pública, algumas melhorias vêm se processando, não só pela iluminação das praias de Boa Viagem, Santa Galo e Orla da Ribeira, como pela implantação do Programa Banho de Luz. Através deste Programa, foi implantado novo sistema de iluminação em diversas ruas e avenidas e ampliado o sistema de iluminação em outras tantas ruas. Apesar disso, muito ainda há por ser feito neste particular.

2.4.3 Comunicação

Em termos de infra-estrutura de comunicação, vem-se observando alguns êxitos na RAI - Itapagipe sem, entretanto, atingir-se níveis suficientes.

No que se refere à telefonia instalada, obteve-se, em 2000 um percentual de cobertura de 59,77% dos domicílios. Quanto à telefonia móvel, apesar do estupendo crescimento em toda a cidade nos últimos anos, não foi possível a obtenção de dados para a região.

Inexistem jornais locais, que tratem da área como um todo, com periodicidade regular. Algumas tentativas foram efetuadas neste sentido, inclusive por iniciativa da CAMMPI, sem obter êxito quanto à garantia de uma periodicidade regular.

No que se refere à comunicação através das infovias, alguns progressos também se verificaram. Várias organizações criaram as suas escolas de informática para favorecer a inclusão digital de moradores. Além disso, foram instaladas duas salas de internet, uma na Estação da Leste, de iniciativa pública, e outra na antiga Chadler, de iniciativa privada, cabendo fazer referência, também, a diversas "lan houses" que se estabeleceram na região como novos negócios. Neste particular, a própria CAMMPI agregou a sua contribuição, quando promoveu curso de capacitação para dirigentes de organizações vinculadas à rede e criou uma sala, onde disponibilizou seis computadores para uso das filiadas.

2.4.4 Transportes e Trânsito

A Península tem uma malha viária partindo da Calçada e que se estende aos demais bairros, contando como principais vias de acesso por ônibus: Av. Fernandes da Cunha, Av. Tiradentes, Av. Porto dos Mastro, Rua Visconde de Caravelas, Rua da Imperatriz, Av. Luis Tarquínio, Av. Dendezeiros, Rua Barão de Cotegipe, Rua Luiz Regis Pacheco, Rua Direta

do Uruguai, Rua Araújo Bulcão, Rua Resende Costa e Rua Santos Titara. Grande parte desta malha viária se encontra bastante danificada, necessitando de reparos urgentes.

Existem, na área, 05 terminais de ônibus, localizados na Calçada, Uruguai, Massaranduba, Ribeira e Bonfim. O terminal da Calçada é um ponto de confluência de outros locais mais distantes, como a área do subúrbio e o CIA, tendo passado por reformas, assim como o terminal da Ribeira.

O local é relativamente bem servido de ônibus, havendo linhas que o interligam com quase toda a cidade. Há alguns problemas, entretanto, em relação à comunicação inter-bairros da própria localidade. O fluxo de pessoas que transitam por ônibus é muito grande, fazendo com que, nos horários de pico, estes veículos estejam muito cheios e, à noite, a circulação é escassa.

Um fato importante ocorrido por último, diz respeito ao retorno do funcionamento da ligação marítima Ribeira – Plataforma que, espera-se, possa ser ampliada até o Comércio, viabilizando uma forma de transporte alternativo.

A topografia da Cidade Baixa é bastante propícia ao uso da bicicleta como meio de transporte. Entretanto, apenas na orla da Ribeira há um pequeno trecho de ciclovia.

Os problemas de trânsito são mais intensos na região da Calçada, pela grande movimentação nos horários de maior fluxo, e nas ruas onde se concentra o comércio de maior porte, principalmente as ruas Barão de Cotegipe e Direta do Uruguai. Nesta última, o problema se agrava pela ausência de horário determinado para carga e descarga, além do estacionamento desordenado de veículos. Aos finais de semana, verificam-se problemas de trânsito também nas Orlas da Ribeira e Boa Viagem.

2.4.5 Recomposição Urbana

A área constitutiva da RA II - Itapagipe apresenta grandes carências neste particular, por se tratar de uma região que sofreu um acentuado processo de decadência econômica e da qual o Estado se ausentou por décadas. A partir da segunda metade da década de 90, são iniciadas intervenções mais expressivas na área de entrono da Enseada dos Tainheiros, inicialmente através do Programa Viver Melhor I, quando foram processadas melhorias das condições de moradia nas localidades de Mudança, Mangueira e Lobato. Já no ano de 2000, têm início as obras de urbanização de Alagados IV e V e, em seguida, de Alagados III, constituindo-se na mais expressiva atuação do Estado na região. Cabe destaque, também, a ação desenvolvida pelo Programa Baía Azul, por razões já expostas em item anterior, mas que deixou graves seqüelas no sistema viário.

As demais intervenções realizadas foram processadas de modo isolado, repercutindo, em geral, somente sobre os arredores do local afetado pela intervenção. São exemplares desta forma de agir: 1) a recuperação de cerca de 12 praças, embora permaneça a necessidade de melhorias em outras tantas; 2) a urbanização da Ponta do Humaitá, incluindo reparos na fachada e estrutura da Igreja do Monte Serrat e a construção de um píer de atracação; 3) a urbanização do Porto da Lenha, incluindo o reordenamento do comércio do píer existente na área.

Está em curso a realização, pela SEPLAM, de estudos e projetos para intervenções de caráter mais amplo e integrado, que poderão trazer para a região mudanças expressivas: o Plano Urbanístico de Itapagipe e o Projeto de Requalificação da Av. Beira-Mar e Porto dos Tainheiros.

2.5 Aspectos Econômicos

2.5.1 Comércio

As atividades comerciais são as de maior destaque na Região e as que empregam maior contingente da população local. O comércio de maior porte se concentra na área que compreende a Calçada, Mares e parte do bairro do Uruguai. Os principais ramos comerciais encontrados são os de movelaria, madeiras, confecções, autopeças, materiais elétricos, supermercados e o comércio atacadista de gêneros alimentícios. Destaca-se, neste aspecto, a Calçada como um centro comercial regional, atendendo à clientela de outras partes da cidade, especialmente das RAs mais próximas: São Caetano, Liberdade e Subúrbio. No bairro do Uruguai, além das madeiras e lojas de material de construção, merece destaque o Bahia Outlet Center, implantado como um shopping de confecções por atacado, mas que, ao longo dos seus dez anos de existência, foi alterando o seu perfil, diversificando os produtos à venda, adotando o varejo, embora a predominância ainda seja a venda de confecções e acessórios de moda. Enveredou, também, pelo ramo dos serviços, dentre os quais se destacam o aluguel de roupas de festa e as clínicas de atendimento médico e odontológico.

Cabe fazer referência, neste contexto de atividades comerciais, aos shoppings centers de bairro que foram implantados na Região, como expansão deste tipo de empreendimento que ocorreu na década de 90. Dos três shoppings implantados, o do Bonfim fechou pouco tempo depois de inaugurado; os demais sobrevivem até hoje com enormes dificuldades, alterando constantemente o perfil das suas lojas como estratégia de sobrevivência.

Na área do Bonfim, chama atenção a atividade comercial marcada pela venda de artigos religiosos nas proximidades da famosa Igreja e um Mercado de Artesanato em área abaixo da Colina Sagrada, onde, mais do que artesanato propriamente dito, comercializam-se lembranças industrializadas da Bahia, como camisetas, bonés, figas, fitinhas e outros objetos não característicos do local. Este mercado foi recentemente reformado pela SESP, tendo sido criado um espaço para funcionamento de um restaurante, além do espaço de lanchonete já existente.

É importante registrar, também, a natureza diferenciada desta atividade nos bairros mais pobres, onde predomina o comércio informal de bebidas e comidas, com destaque para a Feira do Jardim Cruzeiro, que reúne cerca de 60 feirantes, além de uma variedade de vendinhas que, com freqüência, roubam espaço das próprias moradias.

2.5.2 Serviços

No ramo de serviços, destacam-se, basicamente, três grandes grupos de atividades: os serviços vocacionados para o turismo, os serviços formalizados e de interesse social e os pequenos serviços voltados para o público local.

No primeiro grupo, concentram-se os serviços de alimentação formados por restaurantes, bares e barracas de praia, localizados nos bairros próximos ao mar, onde se localiza a população de maior renda: Ribeira,

Bonfim e Monte Serrat. Em cada um destes espaços, os serviços apresentam características diferenciadas em função do público que mais freqüenta a localidade. Na Ribeira, há um conjunto de bares e restaurantes que funcionam em antigas casas da Av. Beira Mar, estendendo a sua área de atendimento à ocupação do canteiro central que separa as duas pistas existentes em um trecho desta avenida e por um conjunto de 28 barracas de praia geminadas. Tanto as barracas quanto os restaurantes atendem, predominantemente, aos moradores da área ou de regiões próximas, com grande freqüência nos finais de semana e, nas segundas-feiras, há uma grande movimentação na área das barracas, por conta de um já tradicional cozido. Em se tratando de tradição, destaca-se a Sorveteria da Ribeira, famosa pela qualidade e diversidade de sabores do seu produto, que atrai fregueses de toda a cidade, além de se constituir em um dos atrativos turísticos da região. No Bonfim, mais especificamente na localidade de Porto da Lenha, que recentemente sofreu um processo de qualificação paisagística incluindo a reforma das barracas, o pirão de aipim servido com carne de sol é a principal atração do local. Já na Pedra Furada, localizada entre o Bonfim e o Monte Serrat, o maior atrativo fica por conta da excelência da comida (normalmente frutos do mar) e pelo clima caseiro dos seus bares e restaurantes, atraindo fregueses de diversos pontos da cidade. Por fim, a região da Boa Viagem é mais uma opção que se tem consolidado junto aos freqüentadores da Península, principalmente pela presença de turistas que visitam o Forte do Monte Serrat. Nesta área, há, também, um conjunto de barracas, cuja localização e estrutura, ao contrário da Ribeira, interferem negativamente na paisagem, o que deverá ser considerado em termos de requalificação da área como um todo.

No que se refere aos serviços formalizados e de interesse social, estão incluídas as creches e escolas particulares, disseminadas por toda a Península; as clínicas de saúde, mais freqüentemente localizadas no bairro de Roma; e hospitais particulares, além das agências bancárias, em número de cinco, todas localizadas no trecho Mares – Calçada. À exceção das escolas, os demais serviços têm abrangência que extrapola os residentes na RA II - Itapagipe.

Quanto aos pequenos serviços, voltados para o público local, em geral de caráter informal, existe uma quantidade significativa de oficinas mecânicas, serviços de refrigeração, consertos de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, serralheria, carpintaria, salão de beleza e outros, disseminados por toda a região, mas apresentando certa concentração de alguns desses serviços, e de tipo melhor estruturado, no corredor que vai dos Mares ao Uruguai, no sentido das Ruas Luis Maria e Luis Regis Pacheco.

2.5.3 Indústria

Apesar de sua posição de destaque na atividade industrial em décadas passadas e de ter perdido esta condição, como já referido anteriormente, a Península de Itapagipe ainda conserva algumas poucas instalações industriais daquela época com suas funções originais, como o Estaleiro da COREMA e a FAGIPE, esta produtora de gaze e fios de algodão, mas que pouco empregam mão-de-obra.

Com respeito à indústria da construção civil, em que pese o contingente considerável de mão-de-obra existente na região, observa-se que há pouco dinamismo no setor. O crescimento populacional vem se mantendo relativamente estável, prescindindo de um aumento significativo de novas habitações, salvo nas áreas mais pobres, onde predomina a

autoconstrução. Até mesmo as obras de urbanização e substituição de habitações em realização pela CONDER, na área de Alagados, não têm sido suficientes para impulsionar, significativamente, o setor, devido à morosidade no andamento das obras, com freqüentes períodos de interrupção.

Merece destaque na avaliação da dinâmica econômica de Itapagipe o setor de confecções. A presença de fábricas de confecções de grande porte na área da Península, a exemplo da Alfred e da Toster, intensivas em mão-de-obra especializada no ramo, deixaram, após o processo de falência destas, um ativo econômico que permaneceu no local em condições de exercer, em novas circunstâncias de trabalho, essa atividade profissional. Este fato, aliado à influência exercida pelo Bahia Outlet Center, instalado na Rua do Uruguai, foram fatores que favoreceram a instalação de pequenas fábricas de confecção na região, passando a utilizar essa mão-de-obra quer por sistema de terceirização de serviços, quer por contratação direta. Além disso, propiciou a constituição de grupos associativos de trabalho nesse ramo, dentre os quais um de ex-funcionários da Alfred. Segundo BALBI & MALUF, chegaram a ser identificadas 34 micro e pequenas empresas de confecção no bairro do Uruguai.

Dadas essas condições, destaca-se, também, a implantação do Programa de Competitividade da Micro e Pequena Empresa – PROCOMPI na região, uma parceria CNI/SEBRAE. Esse Programa alavancou, ainda em 2003, um primeiro esforço no sentido de estruturar uma rede de empresas de confecção para cooperarem entre si e aumentar a competitividade do setor. A necessidade de efetivar e ampliar o alcance desta cooperação levou, em maio de 2004, à elaboração do projeto de estruturação do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções da Rua do Uruguai, que se tornou a principal ação dinamizadora da produção industrial local. Para a viabilização deste Projeto, foi fundamental a ação protagonista dos dirigentes do Bahia Outlet Center, principalmente no difícil trabalho de convencimento e mudança de cultura envolvendo o empresariado local, fazendo ver a necessidade de uma postura pró-ativa diante da dinâmica da região, em seus aspectos econômico e sócio-ambientais.

Os objetivos principais do Projeto APL de Confecções são: difundir as melhores práticas no âmbito do desempenho das empresas envolvidas; estimular a sinergia empresarial, com a formação de alianças corporativas; promover a melhoria técnico-gerencial das empresas envolvidas. As empresas participantes se reúnem em seis grupos técnicos que compõem o APL: crédito e financiamento; qualificação profissional, mercado e exportação, capacitação tecnológica, marketing e comunicação / fortalecimento do capital social; urbanização e infra-estrutura. No aspecto gerencial, o Projeto é marcado pela transparência e pelo compartilhamento de responsabilidades quanto aos rumos do projeto com as entidades públicas e privadas envolvidas no processo de requalificação da área.

Aos poucos os resultados começam a se apresentar, através da densidade institucional adquirida pelos empresários locais diante das instituições financeiras e face ao setor público, ampliando o acesso às fontes de financiamento e à exportação de produtos, especialmente da moda praia. Além disso, novas empresas vêm sendo atraídas para a região, além de projetos como o ONG Forte, ampliando a capacidade de articulação de instituições não-governamentais que desenvolvem papel fundamental na recuperação sócio-ambiental da região. Mais recentemente, vem

sendo desenvolvido, com o apoio do CIAGS/UFBA, o Projeto de Inclusão Empreendedora, que tem a intenção de capacitar 16 grupos produtivos locais para buscar inseri-los no processo APL.

2.5.4 Pesca

A atividade pesqueira na RA II - Itapagipe vem sendo bastante reduzida, considerando a sua imensa área costeira. Vários fatores, ao longo dos anos, foram contribuindo para a diminuição do potencial piscoso da região: a ocupação da área de mangue e a destruição total dos manguezais, sem dúvida, foi o principal deles, pois o manguezal é um ecossistema conhecido como a maternidade do mar. Com a diminuição do produto, vieram se somar as práticas predatórias de pesca, quer com redes de malha miúda, quer com o uso de explosivos. Alie-se a isto a falta de uma política compensatória para o pescador, no período do defeso de algumas espécies marinhas.

Existem dois grupos de pescadores na Península: um grupo maior, na região da Pedra Furada, e outro grupo na Ribeira. Ambos os grupos operam com pesca artesanal em área da Baía de Todos os Santos, por não possuírem embarcações e outros equipamentos requeridos pela pesca em alto mar. A produção é pequena, sendo vendida, em geral, aos moradores e donos de restaurante da região da Orla.

2.5.5 Atividades Náuticas

Pela grandeza do seu litoral e suas praias de águas tranqüilas, a RA II - Itapagipe apresenta grande potencial na área náutica, tanto de caráter industrial, quanto esportivo.

Ainda hoje, dois estaleiros (a COREMA e o Estaleiro do Bonfim) encontram-se em funcionamento. Além destes, existem três marinas, todas localizadas na Ribeira, sendo que uma delas atua, também, com aluguel de embarcações e venda de produtos náuticos. Na área da Prainha - bairro de Lobato - existem carpinteiros náuticos que constroem embarcações de pequeno porte, denotando um saber próprio dos moradores do lugar neste ramo.

Nos esportes náuticos, o remo desponta com uma tradição local, onde quatro clubes (Vitória, Itapagipe, Santa Cruz e São Salvador) disputam o campeonato em quatro regatas realizadas anualmente, entretanto, sem o mesmo brilho de outrora. A área é propícia à prática de outros esportes náuticos, principalmente os a vela que, no entanto, não são estimulados.

2.5.6 Economia dos Setores Populares e Grupos Associativos de Trabalho

No sentido de ampliar as oportunidades de geração de trabalho e renda, registra-se, na região de Itapagipe, uma enorme variedade de iniciativas populares quer individuais, familiares ou grupais de criação do próprio trabalho, como válvula de escape para aqueles que não conseguiram espaço no mercado formal.

Pesquisa amostral, realizada em 2001, junto aos trabalhadores por conta própria, que exercem uma atividade de forma individual ou familiar, residentes nas localidades de Uruguai, Jardim Cruzeiro, Mangueira, Baixa do Petróleo e Mudança, indica que este trabalho é realizado, sobretudo, por mulheres (64%). Predominam pessoas com idade de 40 anos a mais e nível de escolaridade que não ultrapassa o primeiro grau incompleto. 50% das atividades que realizam estão relacionadas à produção e venda de alimentos para os moradores do próprio bairro e, para 47% dos entrevistados, o rendimento mensal desta atividade correspondia a, no

máximo, até cerca de 70% do valor nominal do salário mínimo vigente no momento da pesquisa.

Um ramo de atividades com algumas iniciativas por parte dos próprios moradores no sentido da sua auto-emancipação econômica diz respeito ao artesanato. Neste aspecto, vale a pena destacar a criação da Associação dos Artesãos dos Alagados de Salvador, que reúne cerca de 150 associados, destacando-se os que trabalham com bordados, aproveitamento de retalhos, palha da costa, madeira e lapidação em vidro. Estes trabalhos são comercializados em feiras, em box do Mercado do Bonfim, vendidos por encomenda ou negociados por esforço individual do próprio artesão. A Associação das Bordadeiras de Itapagipe - ABORI e o Centro Associativo de Trabalhadores em Artesanato - Catart, que trabalha com aproveitamento de retalhos, são exemplos de grupos de artesãos que se organizaram, estimulados pelo processo de desenvolvimento local que se processa em Itapagipe.

O ramo de alimentos, como já referido, também é pródigo em iniciativas que vão desde os vendedores ambulantes de mingaus, milho assado, cozido e pamonhas, cachorro quente, acarajé, pipoca, pastel e lanches em geral, às quitandas, mercadinhos e fornecedores de lanchonetes, marmitas, quentinhas e de alimentos por encomenda para festividades. Destaca-se, neste particular, a criação da Associação das Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe - ADOCCI, como um dos frutos do processo de desenvolvimento local que se processa na Península, que busca, com a produção e comercialização de comidas típicas, se firmar no mercado, inclusive atendendo à demanda do setor turístico.

As iniciativas populares na área de confecção também são numerosas e relevantes. Estas iniciativas, em geral, têm caráter familiar e respondem, a serviços terceirizados, encomendas por facção e, em menor escala, à produção de modas (praia, íntima e modinha). Neste caso, os produtos são, geralmente, escoados pelas denominadas "sacoleiras". Os grupos produtivos aparecem em maior quantidade neste ramo, dentre os quais se destacam o grupo dos ex-funcionários da Alfred, o grupo Raio de Sol e a Associação das Costureiras de Itapagipe - ASCOSI, este último também estimulado pelo processo de desenvolvimento local em andamento.

O ramo de reciclagem merece igual destaque como iniciativa de organizações sociais da Península, a exemplo da ASCOMPITA, da Associação Tenda de Olorum e do Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA. Este último se destaca pela criação da CAMAPET - Cooperativa de Coleta, Processamento de Materiais Plásticos e Proteção Ambiental, a partir de um curso de educação ambiental para jovens da região de Alagados. Além do resgate da auto-estima e da geração de trabalho e renda para jovens, esta cooperativa atua no sentido da mudança de comportamento e atitudes da população local em relação ao trato com os resíduos sólidos. O trabalho se iniciou com a coleta, separação, prensagem e embalagem em fardos de materiais recicláveis, aliado a um trabalho educativo desenvolvido nos principais pontos de coleta. Posteriormente, na perspectiva de uma renda complementar, foi agregada a CAMAPET Biju, uma fábrica de componentes e montagem de bijuterias que utiliza o plástico PET como principal matéria prima, fruto de uma parceria com o curso de Design da UNEB e com financiamento do CNPq.

Outros grupos ainda vêm surgindo em decorrência do processo de desenvolvimento local, como o recente Mar&Arte, um grupo de jovens

constituído em torno da produção de bijuterias, que tem parceria com a UCSal e conta com financiamento da FAPESB.

Cabe, por fim, contabilizar, dentro das iniciativas populares de desenvolvimento local, a implantação da metodologia de bancos comunitários, com o apoio inicial da Visão Mundial, contando, atualmente, com dezesseis núcleos em funcionamento, envolvendo cerca de 150 micro-empresendedores que, através de pequena poupança, contribuem, solidariamente, para o incremento de micro negócios.

2.6 Aspectos Organizativos

Ao longo do processo histórico, a sociedade vem se organizando de acordo com as circunstâncias sócio/econômico/culturais. Os modelos são as formas que homens e mulheres constroem para embasar as relações sociais e, a partir daí, elaborar outras relações como as materiais, as comerciais, as religiosas, as artísticas, entre outras.

A herança do período de desenvolvimento industrial é, ainda, o traço marcante na história da Península de Itapagipe, influenciando na construção destes modelos nas relações dentro e para fora do território.

Logo, outro "olhar" se amplia para o desenvolvimento local, a partir do "global para o local", reafirmando a identidade de Itapagipe, os elementos que a distinguem, as diferenças que a tornam singular no universo inevitável da globalização.

A organização social, tanto em suas ações exógenas quanto endógenas, desenha o território de "baixo para cima", ou seja, a partir do reconhecimento de suas identidades, da valorização dos ativos locais (potencialidades, vocações, oportunidades, vantagens etc.), dando ênfase às questões como gênero, etnia, raça e juventude, que estruturam o protagonismo local.

De acordo com a AR II- Itapagipe, no ano de 2000, havia na Península de Itapagipe cento e quatro (104) organizações sociais nos mais variados campos de atividades, desde escolas, creches e associações de moradores até grupos produtivos, artístico- culturais, esportivos e religiosos.

O território ocupa diferentes papéis na história de Salvador: por um lado grande riqueza natural, patrimônio cultural e forte capital social, por outro lado desemprego, degradação ambiental, perda gradativa da identidade e concentração de bolsões de pobreza. Com base nesta leitura, a partir de 1997 foi desencadeado, na Península de Itapagipe, um processo de desenvolvimento local que envolveu, além das organizações locais, diversas instituições públicas e privadas, articuladas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o que levou à criação de algumas institucionalidades, a saber:

- **REDE CAMMPI:** Em Outubro de 1998, vinte e três destas organizações sociais criaram a Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe/CAMMPI e a sua primeira reunião oficial aconteceu em 29 de Outubro do mesmo ano, no Clube de Regatas Itapagipe, com a participação de 16 associações e representantes da AR II – Itapagipe, Universidade Católica do Salvador, PNDU/Banco do Nordeste e do Grupo Gérmén quando foram definidos, a priori, alguns princípios, sua forma inicial de funcionamento e a prioridade básica desenvolvimento da Península de Itapagipe, respeitando a diversidade de pontos de vistas existentes".

Ressalta-se que a estrutura inicial foi a de que a operacionalização das propostas oriundas do Seminário “Um olhar sobre Itapagipe” seria de responsabilidade de três subcomissões – **Geração de Trabalho e Renda, Moradia e Meio-Ambiente** - ampliadas no percurso de cinco anos para sete, sendo acrescentadas as subcomissões de **Educação, Cultura e Informação, Saúde e Assistência Social, Juventude e Reflexão sobre a Violência** todas com o propósito de, estrategicamente, desenvolverem as prioridades definidas pelo Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe – PRDI, cuja elaboração foi concluída no ano de dois mil, após dois anos de seguidos debates e da realização de oficinas e seminários. Estas prioridades são transformadas em metas e ações durante as Reuniões Anuais do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, passando a orientar a atuação da Rede CAMMPI.

Em um processo coletivo de construção, a rede definiu sua Carta de Princípios, que norteia o seu funcionamento técnico, político e administrativo, incluindo as formas de adesão até sua estrutura de gestão, com destaque para as reuniões gerais semanais e para a escolha de três a cinco organizações sociais, para que, durante período determinado, sejam gestoras deste processo.

A Rede CAMMPI tem como missão **“ser um espaço público de articulação e mobilização das organizações comunitárias e dos empreendimentos populares da Península, visando ao desenvolvimento local sustentável”**.

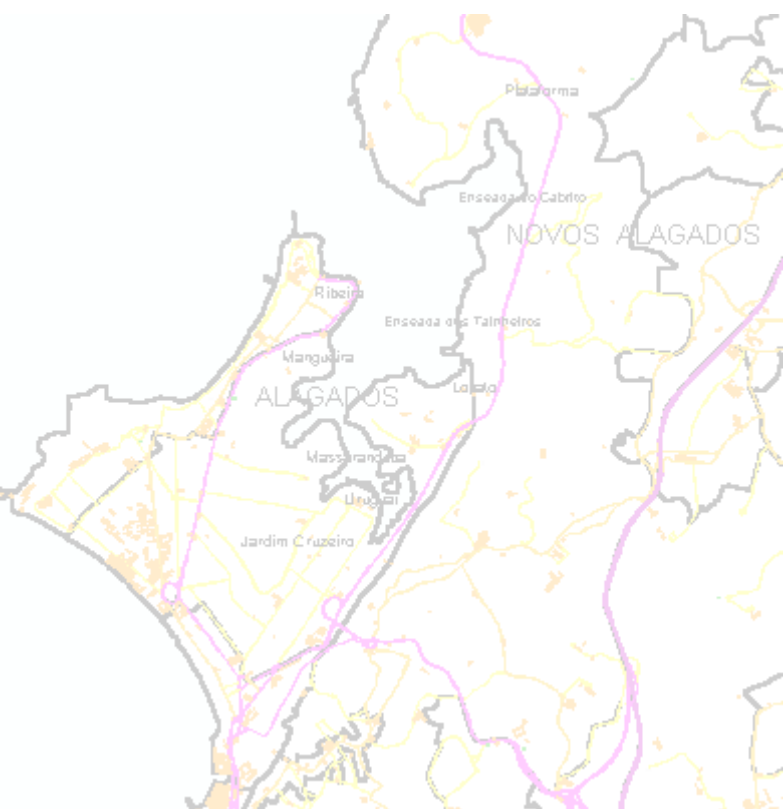
Atualmente, os principais projetos da Rede CAMMPI visam ao fortalecimento das organizações sociais atuantes e são: Projeto de comunicação social com jornal, site e rádio comunitária; projeto de inclusão digital e rede on-line de informação; agenda racial de Itapagipe; plano local de cultura de Itapagipe; Centro Cultural de Alagados – CENCA; curso de formação política; projeto de assistência técnica para substituição de 200 casas precárias; banco de dados de Itapagipe; projeto de apoio institucional às organizações integrantes da Rede; dentre outros (ver relação em anexo).

- **NAI:** O Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe é formado por representantes das instituições públicas, privadas e do terceiro setor que atuam no território e se reúnem mensalmente. Tem como característica ser **“um espaço articulador das ações institucionais de apoio ao desenvolvimento local, dando unidade à intervenção destas, integrando-as às estratégias propostas pela comunidade”** e, assim, contribuir na estruturação do sistema de governança local.

O NAI, também em um processo coletivo de construção, repensou seu modelo de funcionamento, concluindo que o seu principal papel é o da articulação interinstitucional de todas as instâncias atuantes no território, incluindo “produção de cenários norteadores em que projetos e ações setoriais tomem sentido” e, como ponto facilitador, se organiza em dois setores básicos: 1) Administrativo e Funcional: onde ficam a Coordenação (AR-II), a Secretaria e o Sistema de Monitoramento e Avaliação; e, 2) Estrutura de Trabalho: onde ficam as Câmaras Setoriais (Visões e Cenários, Integração de Projetos Sociais, Captação de Recursos e Intercâmbios).

- **Projetos institucionais em desenvolvimento** (ver relação em anexo): aliados à ação protagonista das organizações sociais locais tendem a promover as mudanças políticas, econômicas e sociais almejadas.

A gestão do PRDI é efetivada por três estruturas básicas, configuradas como a Rede CAMMPI, de base comunitária, o NAI de base governamental, acadêmica e empresarial e a AR II – Itapagipe que tem como finalidade **“aproximar a população local do governo municipal, visando intervenções ágeis, envolvendo estratégias locais e identificação precisa dos problemas”**. Logo, na correta articulação dessas estruturas é que se sustenta o caráter proativo dos moradores e o modelo de desenvolvimento e de gestão social.



3 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO

3.1 Potencialidades

O patrimônio natural, arquitetônico e histórico, aliado ao clima de cidade do interior ainda persistente, fazem da Península de Itapagipe uma área atrativa e singular na cidade do Salvador, apresentando potenciais que favorecem o lazer e o turismo cultural, religioso e social.

O seu vasto litoral e seu mar de águas tranqüilas constituem-se em convite à prática dos esportes e das atividades náuticas. As variadas manifestações culturais e artísticas locais, se convenientemente estimuladas e apoiadas, poderão se constituir em importante contributo ao processo de desenvolvimento, tanto social quanto econômico. A aglutinação de pequenos empresários da área de moda, aliado ao potencial de mão-de-obra já existente na Península fazem da confecção um setor promissor. Além deste, despontam, também, o artesanato e o setor de alimentos típicos, este último concentrado em algumas áreas de Itapagipe.

O lixo reciclável pode se constituir em outra potencialidade de desenvolvimento, não apenas na perspectiva de geração de renda, como, também, no sentido de ser uma via para a difusão de práticas de cuidado com o território e de mudança de atitudes por parte do morador da Península de Itapagipe.

O forte poder de organização e mobilização das comunidades locais, expressão do desenvolvimento de ações coletivas, fortalece a estruturação de redes sociais, contribuindo, também, para atrair parcerias externas. Destaca-se, ainda, a existência de diversas instituições públicas e privadas que começam a se articular para o desenvolvimento de projetos integrados, além das suas próprias ações em diferentes áreas: educação, saúde, moradia, dentre outras.

3.2 Obstáculos

Os principais obstáculos da área estão relacionados à degradação do patrimônio natural ao longo dos anos, às deficiências na infra-estrutura urbana e ao descuido com o território por parte do próprio morador, que deixa de assumir uma atitude de responsabilidade cidadã para com a manutenção ou uso adequado dos espaços coletivos e mesmo individuais. Por outro lado, os baixos indicadores sociais expressos na baixa escolaridade, baixa qualificação e formação profissional, o alto índice de pobreza, torna complexo qualquer processo promotor de reversão do quadro atual, demandando tempo para a mudança nos índices, a conscientização da importância e necessidade de novos hábitos para a transformação social pretendida.

Constituem-se, também, obstáculos o baixo nível de capacitação de boa parte dos empreendedores, a incipiente organização do empresariado local e o seu pouco envolvimento com o processo de desenvolvimento do território. Além disso, destacam-se a falta de perspectiva de trabalho para a mão-de-obra jovem e os altos índices de violência urbana.

Há que se considerar, ainda, o fato de que a Península de Itapagipe está localizada em uma cidade com grandes problemas e com

3.3 Oportunidades

A conjuntura política atual, em nível das três instâncias federativas, é favorável ao avanço da gestão participativa e à implantação de instrumentos legais de interlocução e controle social das ações de governo. Reforça-se o sentido de participação e firmam-se os espaços de construções coletivas que aumentam a representação política dos diversos segmentos sociais.

Particularmente, constituem oportunidades para o desenvolvimento da Península os programas institucionais municipais, estaduais e privados, que estão em implantação ou negociação na área, a saber: Plano Urbanístico de Itapagipe, Plano de Regularização Fundiária, Programa Dias Melhores, Melhorias Habitacionais, APL de Confecções da Rua do Uruguai, o Centro de Desenvolvimento e Cidadania da Economia dos Setores Populares, dentre outros. Se implementados com a participação dos moradores, respeitadas as sugestões destes e focados na inclusão da população local, estes projetos podem impulsionar, significativamente, o desenvolvimento local.

O NAI é uma oportunidade, se atuar, de fato, na integração dos programas e na incorporação das estratégias definidas pela comunidade. Neste espaço, difunde-se a execução de melhorias no território de Itapagipe, a partir de intervenções locais que oferecerão novos espaços e equipamentos urbanos, associando às conquistas maior visibilidade ao seu entorno.

Existe, também, a oportunidade de se construir projetos e/ou ações compartilhados entre moradores, empreendedores e poder público, que sinalizem uma nova assunção de responsabilidade para com o território, vislumbrando outras formas de gestão do espaço urbano.

3.4 Ameaças

As intervenções no território, realizadas de forma atomizada, de recuperação de elementos isolados (prédios históricos ou praças), deixando de vislumbrar o espaço urbano como um todo, podem vir a contribuir para a perda do diferencial local em relação à cidade do Salvador.

A extrema burocracia e morosidade do poder público em atender às reivindicações e acatar propostas da comunidade geram descrédito por parte da população e dificultam as relações entre estes segmentos da sociedade.

A exacerbação das individualidades, bem própria da sociedade contemporânea, pode turvar a visão coletiva do processo de desenvolvimento desencadeado, gerando desentrosamento na gestão do território.

4 O CENÁRIO: Itapagipe 2016

4.1 Slogan

Amar e viver Itapagipe: referência de desenvolvimento baseada no cuidado com o social e a natureza, valorizando a identidade na diferença.

4.2 Cenário

Ano 2016 – a Península de Itapagipe é amplamente reconhecida no contexto da cidade do Salvador por características peculiares como as suas belezas naturais, o patrimônio histórico-cultural, preservado de modo sustentável e co-responsável pela sua população, e o clima interiorano, mantendo traços do “ar bucólico” e laços sociais estreitos entre os moradores.

A preocupação em preservar esses traços norteou, na última década, as intervenções relacionadas à gestão do espaço urbano, fomentando a realização de programas difusos de auto-cuidado, reversão e valorização de espaços degradados. A infra-estrutura e os serviços urbanos e sociais estão ampliados, atendendo às necessidades básicas, graças ao apoio financeiro e ao compromisso do poder público e à participação e fiscalização direta da população, respaldados em uma gestão pública descentralizada e democrática.

O investimento maciço na valorização do fator humano é o que caracteriza, hoje, o modelo de desenvolvimento local, assim como a estreita integração de visão e ação conseguinte entre os vários componentes da sociedade itapagipana, com acento sobre a comunidade e o setor empresarial.

Portanto, a economia local é dinâmica, eqüitativa e socialmente responsável, baseada na capacidade de aproveitar e valorizar, ao máximo, as peculiaridades históricas, sociais e ambientais. Trata-se de uma economia tão diversificada quanto o amplo território da região, baseada no desenvolvimento do setor náutico, da moda, do artesanato, da pesca, da gastronomia, da movelaria, e de um turismo fundamentado no fortalecimento da identidade cultural.

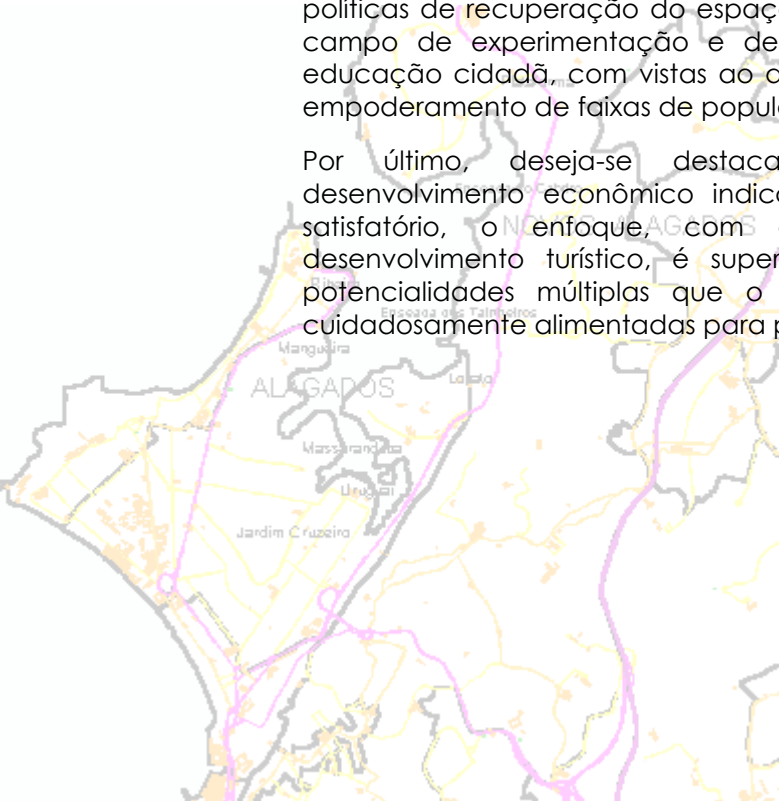
4.3 Algumas considerações a destacar

O cenário assume, enquanto valor, o caráter tradicional da região (“o clima interiorano, os traços do “ar bucólico” e laços sociais estreitos...”), sem por isso renunciar a perseguir inovações físicas, sociais e políticas importantes. Conservar não significa deixar de inovar, mas, pelo contrário, implica assumir uma visão do objetivo a ser alcançado e das modalidades de ação bem diferenciadas em relação às tradicionais. Objetivar a gestão do espaço urbano como um todo, e não apenas a intervenção atomizada de recuperação de elementos isolados (prédios históricos ou praças), graças “à realização de programas difusos de auto-cuidado, reversão e valorização de espaços degradados”, quer dizer, através de uma abordagem da recuperação urbana que aposta na participação e co-responsabilização dos moradores e numa relação com o poder público direta e transparente. O conceito de co-responsabilização é crucial, implicando a crença de que cada ator – independente de sua posição formal (morador, grupo associado, empresário, decisor público ou técnico), pode e deve desempenhar um papel específico e assumir sua

parte de responsabilidade para com o objetivo final. Isto remete à vontade de deslegitimar a atitude clássica de “jogar a bola no campo do adversário”, quer dizer de alegar, por parte do poder público, que as obras de recuperação urbana nas periferias não duram no tempo porque os cidadãos não cuidam delas e, por parte dos cidadãos, que os poderes públicos nunca assumem as periferias como prioridade e que elas ficam esquecidas e marginais em qualquer plano de governo.

Outro ponto relevante é o “investimento na valorização do fator humano”, considerando que, até o melhor desempenho nas dimensões infra-estruturais não modificaria a condição de degradação da região se não avançassem, ao mesmo tempo, os índices de desenvolvimento educacional e cultural da população. O cenário prevê que as próprias políticas de recuperação do espaço urbano, via participação, sejam um campo de experimentação e de prática para processos amplos de educação cidadã, com vistas ao acesso aos direitos de cidadania e ao empoderamento de faixas de população até então excluídas.

Por último, deseja-se destacar a visão multidimensional do desenvolvimento econômico indicado no cenário. Longe de parecer satisfatório, o enfoque, até então, com ênfase quase que exclusiva no desenvolvimento turístico, é superado em prol de uma aposta nas potencialidades múltiplas que o território abriga e que devem ser cuidadosamente alimentadas para poder desabrochar.



5 MODELO DE INTERVENÇÃO

O Plano Referencial de Desenvolvimento de Itapagipe – PRDI - é um instrumento de construção coletiva que deverá orientar a gestão do território da Península e ser o principal elemento para a implementação de um processo participativo de gestão compartilhada a ser experimentado e difundido na cidade do Salvador.

Neste PRDI está presente a visão estratégica da comunidade organizada e de técnicos atuantes no território, para a construção de recomendações e ações estruturantes que promovam o desenvolvimento local da Região Administrativa II – Itapagipe, além de determinar as recomendações e a construção dos indicadores de desenvolvimento para toda a Península de Itapagipe.

Foram identificadas, entre as questões apresentadas no diagnóstico participativo, as linhas que exigem ações prioritárias de curto, médio e longo prazos, que deverão nortear a elaboração de planos de ação setoriais em planejamento estratégico para o desenvolvimento local.

A matriz de desenvolvimento que define os indicadores de forma participativa, consolidará o modelo de gestão aqui preconizado, onde a própria comunidade cria e institucionaliza, a partir do reconhecimento público, os mecanismos de promoção da ação compartilhada.

Esta forma de gestão compartilhada do território se estrutura a partir da ação de interação entre os seguintes segmentos:

- Governo – que se articula por meio do NAI – Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe, coordenado pelo gestor da AR II – Administração Regional Itapagipe, reunindo todos os representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais com ação em Itapagipe, além das ONG's, Universidades e Instituições privadas que têm no seu objeto de intervenção ações convergentes para o território;
- Sociedade Civil – que se articula por meio da CAMMPI – Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe, reunindo os representantes das diversas organizações sociais atuantes na Península e moradores com potencial de liderança que se interessem por questões de desenvolvimento;
- Empresariado – cujo fórum específico ainda não está criado, existindo algumas representações locais com ações integradas, como, por exemplo, o APL de Confecções do Uruguai, o Sindicato de Empresas de Vestuário, o SESI/ FIEB, o SEBRAE, a APEMISA, dentre outros.

O espaço de discussão permanente e negociação, de interesse de todos os segmentos atuantes, é o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, que visa à definição de estratégias e soluções partilhadas para o desenvolvimento. O funcionamento do fórum se dará a partir do Encontro Anual, com possibilidade de haver convocação extraordinária por solicitação de quaisquer dos segmentos que o constituem, envolvendo toda a população local e outros interessados no desenvolvimento de Itapagipe.

5.1 Objetivos

5.1.1 Objetivo Geral

Ter consolidado, na Península de Itapagipe, um modelo de intervenção sustentável de gestão compartilhada e convergente, com ênfase na valorização da pessoa humana, na diversificação econômica e produtiva, e no investimento em infra-estrutura urbana, promovendo o desenvolvimento local.

5.1.2 Objetivos Específicos

- Fortalecer a capacidade de organização e articulação entre os diversos atores atuantes no território – poder público, comunidade, empresariado e universidades – referenciando-se em ações de co-responsabilização;
- Melhorar a qualidade de vida dos moradores, através de investimentos maciços em educação, saúde, cultura, assistência social, habitação, esporte e lazer, formação e qualificação profissional e segurança pública;
- Desenvolver programas de valorização da cultura local, privilegiando a identidade da Península de Itapagipe e a mudança de comportamento e atitude para com o território, como diferencial das ações;
- Ampliar as condições infra-estruturais urbanas para atender às necessidades básicas da população local e possibilitar o aproveitamento do potencial econômico da Península de Itapagipe;
- Incrementar, através de incentivos fiscais e financeiros, a capacitação técnica e gerencial e a constituição de redes de produção e comercialização da cadeia produtiva do mar, além dos setores de moda, movelaria, gastronomia, artesanato e turismo fundamentado na identidade cultural;
- Fortalecer os grupos produtivos e os micro-empresendedores locais, difundindo e disseminando alternativas solidárias nas relações de produção, comercialização e consumo responsável;
- Fomentar a realização de projetos e ações que disseminem atitudes de auto-cuidado, de reversão do degrado e de valorização do meio ambiente;
- Priorizar, nos projetos e nas ações, as questões relevantes e estruturantes relacionadas com etnia, raça, gênero e juventude.

5.2 Estratégia

Consolidar o modelo de governança existente, configurado nas estruturas básicas – AR-II ITAPAGIPE, CAMMPI e NAI – ampliando a interlocução com outros segmentos relevantes como o empresariado local e decisores públicos e promovendo a articulação com os processos de desenvolvimento da Cidade.

5.3 Diretrizes Estratégicas

- O compromisso em assumir o caráter tradicional da região, sem deixar de perseguir as inovações físicas, sociais e políticas importantes no processo de desenvolvimento local;

- A adoção de formas de gestão do espaço urbano que vislumbrem a totalidade em detrimento às ações pontuais de recuperação de espaços isolados no território;
- A utilização de modelos de gestão compartilhada baseado na co-responsabilização dos diversos atores, independente da sua posição formal (morador, organizações sociais, empresário, decisor público ou técnico), para atingir as expectativas gerais do Plano;
- A ênfase na valorização do fator humano em todas as dimensões possíveis;
- A adoção de uma visão multidimensional de desenvolvimento econômico, baseada na diversificação produtiva e nas múltiplas potencialidades do território.

5.4 Eixos Estruturantes

Compreendendo que a sociedade é centrada no ser humano, o Plano Referencial da Península de Itapagipe tem suas ações estruturadas por questões de gênero, raça e etnia, que são recortes que nos mostram situações de iniquidades a ser trabalhadas de forma ampla, valorizando a diversidade cultural do território.

Considerando a violência familiar e urbana, a discriminação racial, religiosa e social, o machismo, o sexismo, o racismo, a intolerância religiosa e demais formas de intolerância que violam os direitos humanos, o PRDI enfatiza estes temas, bem como as questões ligadas à juventude.

A juventude, que é parte integrante de grupos expostos à exclusão expressa pela falta de oportunidades e acesso ao trabalho, à renda, ao lazer, à educação de qualidade, à moradia digna, tem suas expectativas impactadas negativamente. Portanto, a diminuição das desigualdades de gênero, raça e etnia e a inclusão social da juventude, das mulheres, da população de origem negra é a linha mestra das ações a ser desenvolvidas pelos diversos eixos e em todas as dimensões.

5.5 Dimensões , Eixos e Linhas Gerais de Ação

As dimensões aqui apresentadas visam orientar a definição do plano de ação por eixo, que deverá: ser produto do planejamento estratégico da região, hierarquizar todos os problemas identificados, priorizar as intervenções, determinando metas a serem superadas, estabelecer as ações dos diversos segmentos imbuídos em promover o desenvolvimento local na Península de Itapagipe.

Levando-se em consideração o cenário projetado para a Península de Itapagipe, numa visão para os próximos dez anos, os objetivos específicos aqui traçados podem ser traduzidos em um rol de linhas de ação aglutinadas em quatro dimensões principais: 1) valorização do fator humano; 2) Infra-estrutura e serviços; 3) diversidade econômica e produtiva; 4) organização e gestão do espaço urbano.

5.6.1 Dimensão 1: Valorização do Fator Humano

Os indicadores sociais negativos, identificados na região, impõem a necessidade de investimentos maciços no sentido de promover o desenvolvimento humano, entendido como fundamental para que ocorra na Península de Itapagipe um desenvolvimento sustentável. Para além dos investimentos em educação, saúde e segurança, o desafio passa a ser o de estimular novos modos e estilos de vida, resgatar e preservar laços de identidade, fortalecer vínculos comunitários que possam, inclusive,

promover a diminuição dos altos índices de violência urbana que são registrados em algumas áreas da Península. Assim, a cultura também ganha espaço nesta proposta, enquanto eixo importante de inclusão social e de promoção do desenvolvimento do ser humano.

Destacam-se, a seguir, as principais linhas de ação em cada um dos eixos componentes da Dimensão 1:

a) Eixo Cultura

- Elaboração e implantação do Plano Local de Cultura;
- Implementação e implantação de um pólo de articulação e fomento artístico-cultural como um dos fatores de transformação sócio-econômica;
- Criação e/ou revitalização de espaços públicos ampliados, geridos com a participação da população organizada, para acolher a demanda artística local e promover o acesso da população aos bens e serviços culturais;
- Implantação e implementação do Centro de Cultura de Alagados;
- Desenvolvimento de projetos que possibilitem a inserção de pessoas em processos artístico-culturais, esportivos e de valorização do ser humano.

b) Eixo Educação

- Elaboração e implantação de programas voltados para o autocuidado, em consonância com os projetos pedagógicos das escolas;
- Formação continuada dos trabalhadores da educação;
- Qualificação da mão-de-obra local de acordo com as potencialidades econômicas da Península de Itapagipe;
- Criação do Fórum das escolas públicas e populares da Península de Itapagipe;
- Implantação de programas de intervenção no sistema escolar;
- Valorização e fortalecimento das escolas populares;
- Ampliação dos programas voltados para a educação de adultos.

c) Eixo Saúde

- Ampliação do controle social dos serviços de saúde, através dos conselhos locais e distrital;
- Ampliação da cobertura dos programas básicos de saúde;
- Melhoria e ampliação de serviços de saúde especializados, de acordo com os agravos e enfermidades mais recorrentes, enfatizando as ocorrências nas áreas de saúde da mulher, herbearia e saúde da população negra;
- Desenvolvimento de projetos na área de prevenção à saúde e estímulo a projetos de medicina alternativa;
- Fomento a projetos de complementação nutricional em articulação com creches, escolas públicas e populares, com a Pastoral da Criança, dentre outros.

d) Eixo Assistência Social

- Ampliação de unidades básicas para a viabilização da política de assistência social;
- Melhoria e ampliação dos programas da área da assistência social, voltados para a juventude;
- Garantia do cumprimento do sistema de proteção integral voltado para a criança, o adolescente, os idosos e as pessoas com deficiência.

e) Eixo Justiça e Segurança Pública

- Promoção de ações articuladas entre a sociedade civil e o setor público na área de justiça e segurança, integrados aos demais eixos do PRDI;
- Elaboração e implantação de um plano local de segurança pública que contemple a integração das diversas políticas públicas;
- Implementação de projetos de disseminação dos direitos humanos;
- Desenvolvimento de projetos de ampliação do acesso à justiça e direitos humanos.

f) Eixo Habitação

- Substituição de unidades habitacionais precárias existentes no território;
- Desenvolvimento de programas de melhoria habitacional para moradores com renda até três salários mínimos;
- Erradicação completa das palafitas na Enseada dos Tainheiros e região da Pedra Furada;
- Implementação de projetos de regularização fundiária;
- Ampliação da oferta de moradias (novas unidades habitacionais) para a população de baixa renda.

g) Eixo Meio Ambiente

- Elaboração e implementação do Plano de Proteção ambiental;
- Desenvolvimento de programas de educação ambiental envolvendo a rede de ensino pública, particular e comunitária, além das organizações sociais;
- Recomposição do perfil urbanístico adequado ao diferencial da Península de Itapagipe;
- Estabelecimento de formas de enfrentamento ao racismo ambiental;
- Desenvolvimento de projetos de conservação e reutilização do patrimônio edificado de valor histórico como outros que se encontram em processos de degradação.

5.6.2 Dimensão 2: Infra-Estrutura e Serviços

Apesar das melhorias observadas na Península em relação, principalmente, aos serviços urbanos em rede e mesmo na coleta de lixo, há que se perseguir a universalização dos mesmos para atender às necessidades básicas da população. Por outro lado, os graves problemas de drenagem da região, aliados à precariedade da malha urbana e aos problemas de transporte e desordenamento no trânsito, explicitados no

diagnóstico, podem promover entraves ao melhor aproveitamento do potencial econômico local. Nesta perspectiva, destacam-se as seguintes linhas de ação para os diversos eixos desta Dimensão 2:

a) Eixo Saneamento ambiental

- Elaboração e execução de projetos de macro e micro drenagem para a região;
- Universalização do atendimento e melhoria do fornecimento dos serviços de água, esgoto, iluminação elétrica e coleta de lixo;
- Implantação e implementação de uma política local de resíduos sólidos que estimule a redução, reutilização e reciclagem.

b) Eixo Mobilidade Urbana

- Ampliação das possibilidades de deslocamento, através do uso de sistemas multi modais de transporte;
- Criação de meios para o uso dos modos a pé e cicloviário;
- Ordenamento no uso e ocupação do solo de forma a promover melhorias na acessibilidade;
- Melhoria e ampliação da malha urbana.

5.6.3 Dimensão 3: Diversidade Econômica e Produtiva

O reconhecimento das múltiplas potencialidades econômicas do território e da existência de uma infinidade de micro e pequenos negócios induz à adoção de uma visão multidimensional de desenvolvimento econômico, calcada na diversificação produtiva e no fomento à constituição de redes de produção e comercialização que possam fortalecer estes pequenos empreendimentos, disseminando, também, alternativas solidárias de produção, comercialização e consumo. Nesta perspectiva, a ênfase deverá ser dada à cadeia produtiva do mar, que vai da pesca e aqüicultura ao conserto e construção de embarcações, passando pelas competições e esportes náuticos, além dos serviços de marina, aluguel de embarcações e venda de produtos náuticos. Outros setores a enfatizar são: o turismo fundamentado na identidade cultural da região e os setores de moda, movelaria, artesanato e gastronomia. Acredita-se estar, desta forma, construindo uma perspectiva de desenvolvimento menos concentradora de capital, além de mais intensiva em mão-de-obra, que atente, também, para a diminuição das desigualdades de gênero, raça/etnia e para a inclusão produtiva da juventude. Nesta direção, destacam-se as seguintes linhas de ação para os diversos eixos desta Dimensão 3:

a) Eixo Fomento a Ampliação e Implantação de Negócios

- Desenvolvimento de programas de incentivo fiscal e financeiro;
- Ampliação e implantação de projetos para a exploração responsável da cadeia produtiva do mar e dos setores de moda, turismo, artesanato, gastronomia, movelaria, entre outros.

b) Eixo Fortalecimento de Micro e Pequenos Empreendimentos

- Constituição de redes de produção, comercialização e prestação de serviços;
- Capacitação técnica e gerencial para empreendedores;
- Incubação de grupos associativos de trabalho.

c) Eixo Práticas Solidárias

- Estímulo às práticas responsáveis nas relações de produção, comercialização e consumo;
- Disseminação de práticas alternativas de acesso ao crédito;
- Marketing de produtos da sócio - economia solidária.

5.6.4 Dimensão 4: Organização e Gestão do Espaço Urbano

Na atualidade, estabelecer formas efetivas de gestão compartilhada no território é fundamental para a melhoria na qualidade dos serviços e da acessibilidade na cidade. É necessário que todos os segmentos atuantes no território assumam co-responsabilidades por meio de ações integradas, com vistas a conquistar patamares mais elevados nos indicadores sociais.

Além das questões de organização espacial e política, aqui se estabelece a relação do processo de desenvolvimento local como o desenvolvimento da cidade.

a) Eixo Consolidação das Institucionalidades Existentes

- Proposta de gestão municipal descentralizada e participativa, tendo a ARII - Itapagipe como expressão jurídica, administrativa e técnica, cujo titular seja escolhido pela comunidade;
- Reconhecimento do NAI, pelo Poder Público e Comunidade, como espaço de articulação e integração dos programas e ações institucionais em prol do desenvolvimento local;
- Fortalecimento da Rede CAMMPI enquanto espaço legítimo de interlocução da população itapagipana.

b) Eixo Gestão Compartilhada do Território

- Criação de um escritório de dinamização das potencialidades locais, articulado à AR II - Itapagipe, com a participação de representações da comunidade;
- Suporte técnico à comunidade para apoio e orientação na elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento local;
- Incentivo à administração participativa de projetos e equipamentos sócio-culturais.

c) Eixo Integração do Território à Gestão da Cidade

- Incentivo à participação em espaços externos de formulação, consolidação e controle de políticas públicas;
- Capacitação de atores das associações e ONGs para a gestão de projetos e para acompanhar e intervir na gestão da cidade;
- Ordenamento e controle da ocupação e do uso do solo.

5.6 Modelo de Plano de Ação

O Plano de Ação Anual deverá ser construído em suas instâncias de execução baseado nas linhas de ação apresentadas no item anterior, considerando os limites e possibilidades de cada segmento proponente.

Cada intervenção deverá ser implementada a partir da comunicação e interação com a AR II – Itapagipe e com a garantia de processos participativos ativos.

Para as instâncias comunitárias, a Rede CAMMPI deverá fazer, anualmente, o seu Plano de Ação, baseado nas linhas prioritárias definidas no Encontro Anual do Fórum de Desenvolvimento de Itapagipe e por subcomissão temática.

Como recomendação, indica-se a realização, por parte da Rede CAMMPI, do planejamento estratégico para três anos, peça importante para projetar as intervenções de médio e longo prazo da Rede e dos diversos segmentos e que serão elementos para a estratégia de luta das ações prioritárias da Rede CAMMPI.

Numa oficina com os diversos representantes das organizações sociais, deverão ser respondidas as diversas questões apresentadas a seguir:

- 1) Qual o nosso principal problema?
- 2) Quais as causas do problema?
- 3) Qual é a situação atual?
- 4) Qual é a nossa meta?
- 5) Como resolver o problema?
- 6) Quem é responsável pela ação?
- 7) Quem pode ser parceiro na solução?
- 8) Quais os recursos necessários?

Como exemplo de Plano de Ação para ser elaborado pelos diversos segmentos atuantes apresenta-se a seguir um modelo de tabela a ser produzida:

DIMENSÃO/ LINHA DE AÇÃO	META	ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	PRAZOS	RESPONSÁVEL	PARCERIAS	RECURSOS

5.7 Indicadores de Avaliação

Deverá ser construída uma metodologia para a construção de indicadores para a governança, que possa aferir o desempenho do processo de gestão compartilhada no território de Itapagipe bem como a eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas.

A idéia é construir um método de avaliação do processo de gestão compartilhada, implementando o auto-diagnóstico, o controle, ciclos de planejamento e auto-avaliação comunitária, tendo como função garantir processos de co-gestão responsável no território.

Algumas perguntas não poderão deixar de ser respondidas neste processo:

- 1) Quanto do que foi planejado foi executado?
- 2) Quais os resultados atingidos?
- 3) Quais as dificuldades encontradas?
- 4) Quem participou das ações efetivamente?

Como mecanismo de controle do plano estabelecido, deverão ser elaborados indicadores de participação (nível e qualidade das relações institucionais e da participação social), de qualidade (qualidade e padrão das intervenções), de impacto (efeitos sócio-ambientais e econômicos resultantes das intervenções) e de sustentabilidade (grau de utilização e nível de manutenção da ação).



REFERÊNCIAS

CARREIRO, Rita Amália. **A Questão Cultural no Processo de Desenvolvimento Local de Itapagipe**. Salvador, 2007.

CONDER. **Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul: Situação da Violência**. Salvador, BA, 2003.

IBGE, **Censo de 2000**. Salvador, BA, 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia Popular na Península de Itapagipe: o trabalho por conta própria**, Trabalho de pesquisa do Núcleo de Estudo do Traba – NET/UCSal, Ucsal, Salvador, 2002.

CAMMPI. Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe, **Plano Referencial**, Salvador, BA, 2000.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Desenvolvimento municipal e regional: construindo parcerias e obtendo sustentabilidade popular - gestão estratégica do município**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Passo a passo da agenda 21 local**. Brasília, DF, 2005.

SILVA, José Maria; SLVEIRA, Emerson Sena. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOBRINHO, Maria de Fátima Sousa. **Revisitando Práticas, Desatando Nós: sistematização experiência CAMMPI**, Trabalho de pesquisa, Salvador, BA, 2006.

CAMMPI. Repensar o Processo de Governança da Península de Itapagipe. **Relatório**, Salvador, BA, 2006 .

SELAM. Sistema de Informação Municipal. **Indicadores Sociais**. Salvador, BA, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

TABELA 1
INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR BAIRRO

BAIRROS	POPULAÇÃO		INCREMENTO	
	1991	2000	ABSOLUTO	RELATIVO
Ribeira	5.943	7.319	1.376	23,15
Itapagipe	21.122	21.654	532	2,52
Bonfim	12.374	12.961	587	4,74
Monte Serrat	7.337	6.987	- 350	- 4,77
Dendezeiros	5.069	6.155	1.086	21,42
Bairro Machado	5.921	7.081	1.160	19,59
Uruguai	32.034	24.097	- 7.935	- 24,77
Alagados	14.676	20.246	5.570	37,95
Vila Rui Barbosa	16.522	20.316	3.794	22,96
Massaranduba	6.381	6.919	538	8,43
Baixa do Petróleo	8.952	9.609	657	7,34
Calçada	1.316	1.341	25	1,90
Mares	935	981	46	4,91
Roma	3.709	2.604	- 1.105	- 29,79
Lobato *	--	22.518	--	--
TOTAL	142.291	148.207**	5.916	4,16

Fonte: Censo IBGE/1991 e 2000

* Não obtivemos dados populacionais de Lobato referentes ao Censo IBGE 1991.

** Não inclui Lobato.

TABELA 2
INCREMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO DE RENDA MÉDIA MENSAL

GRUPOS DE BAIRROS	RENDA MÉDIA MENSAL	POPULAÇÃO		INCREMENTO	
		1991	2000	ABSOLUTO	RELATIVO
Alagados, Bx do Petróleo, Bairro Machado e Uruguai	- 3	61.583	61.033	- 550	- 0,89
Calçada, Itapagipe, Mares, Massaranduba, V. R. Barbosa	de 3 a < 5	46.276	51.148	4.872	10,54
Dendezeiros, Roma, Monte Serrat, Ribeira e Bonfim	5 e +	34.432	36.026	1.594	4,63
TOTAL *	----	142.291	148.207	5.916	4,16

FONTE: Censo IBGE 1991 e 2000.

Não inclui o bairro do Lobato.

TABELA 3
POPULAÇÃO POR IDADE E SEXO

IDADE	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
00 - 04	6.214	48,97	12.689	100,0	6.475	51,03
05 - 09	6.226	49,00	12.707	100,0	6.481	51,00
10 - 14	6.995	49,72	14.068	100,0	7.073	50,28
15 - 19	9.003	50,61	17.789	100,0	8.786	49,36
20 - 24	8.853	51,61	17.155	100,0	8.302	48,39
25 - 29	7.321	52,03	14.070	100,0	6.749	47,97
30 - 34	7.206	53,41	13.492	100,0	6.286	46,59
35 - 40	6.730	53,40	12.602	100,0	5.872	46,60
40 - 44	5.714	53,99	10.584	100,0	4.870	46,01
45 - 49	4.344	54,41	7.984	100,0	3.640	45,59
50 - 54	3.595	55,42	6.487	100,0	2.892	44,53
55 - 59	2.864	59,37	4.824	100,0	1.960	40,63
60 - 64	2.599	60,12	4.323	100,0	1.724	39,88
65 - 69	2.190	62,13	3.525	100,0	1.335	37,87
70 - 74	1.720	63,66	2.702	100,0	982	36,34
75 - 79	1.182	66,07	1.789	100,0	607	33,93
80 ou mais	1.384	72,01	1.922	100,0	538	27,99
TOTAL	84.140	53,00	158.712	100,0	74.572	47,00

FONTES: SIM – Sistema de Informação Municipal de Salvador

TABELA 4
DADOS DA POPULAÇÃO RESIDENTE, DOMICÍLIOS OCUPADOS E RENDIMENTO MÉDIO MENSAL POR BAIRRO, AGREGADOS POR GRUPOS DE RENDA

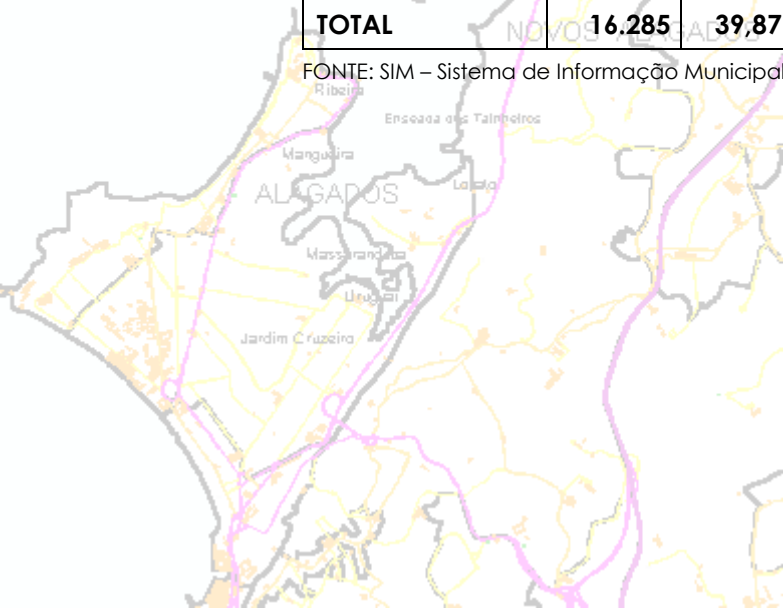
BAIRRO	DOMICÍLIOS OCUPADOS	POPULAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO EM SM
Alagados	5.366	20.246	1,38
Baixa do Petróleo	2.521	9.609	1,83
Lobato	5.652	22.518	1,93
Bairro Machado	1.803	7.081	2,81
Uruguai	6.120	24.097	2,84
SUB-TOTAL	15.810	83.551	2,16
Calçada	365	1.341	3,19
Itapagipe	5.553	21.654	3,20
Massaranduba	1.829	6.919	3,30
Vila Rui Barbosa	5.246	20.316	4,11
Mares	252	918	4,53
SUB-TOTAL	13.245	51.148	3,66
Dendezeiros	1.456	6.155	5,53
Roma	701	2.604	5,57
Monte Serrat	1.750	6.987	5,82
Ribeira	1.900	7.319	6,55
Bonfim	3.401	12.916	7,69
SUB-TOTAL	9.208	36.026	6,28
TOTAL	43.915	170.725	4,03

Fonte: Censo IBGE/2000

TABELA 5
ESPAS DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO
FAIXA DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL E SEXO

RENDA	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até ½ SM	507	59,44	346	40,56	853	100,0
De ½ a 1 SM	5.090	59,05	3.529	40,95	8.619	100,0
De 1 a 2 SM	3.177	38,26	5.126	61,74	8.303	100,0
De 2 a 3 SM	1.432	31,30	3.138	68,70	4.570	100,0
De 3 a 5 SM	1.693	29,16	4.113	70,84	5.806	100,0
De 5 a 10 SM	1.509	27,90	3.901	72,10	5.410	100,0
De 10 a 15 SM	284	22,68	968	77,32	1.252	100,0
De 15 a 20 SM	113	18,93	484	81,07	597	100,0
Acima de 20 SM	69	14,68	401	85,32	470	100,0
Sem rendimento	2.411	48,60	2.550	51,40	4.961	100,0
TOTAL	16.285	39,87	24.556	60,13	40.841	100,0

FONTE: SIM – Sistema de Informação Municipal de Salvador



ANEXO 2

RESUMO DO DIAGNÓSTICO

DEMOGRAFIA

População: 170.725 habitantes

Incremento populacional total em relação ao censo IBGE – 1991: 4,14%

- Incremento populacional nas áreas ocupadas por população com renda média menor que 3 salários mínimos: - 0,89%;
- Incremento populacional nas áreas ocupadas por população com renda média entre 3 e menos de 5 salários mínimos: 10,54%
- Incremento populacional nas áreas ocupadas por população com renda média de mais de 5 salários mínimos: 4,63%.

Sexo predominante: feminino, apenas nas faixas de idade de 15 anos a mais.

Idade: 55,75 da população tem menos de 30 anos.

Maiores incidências nas faixas de 15 a 24 anos (22,02%)

Nível de Instrução:

- Para a população com mais de 10 anos de idade, 45% possuem nível fundamental incompleto, sendo que destes, 12% possuem de 1 a 3 anos de estudo;
- 5% nunca freqüentaram escola
- Apenas 3% possuem nível superior completo.
- A população de estudantes é de 35,6% dos moradores e destes, a maioria (57,11%) encontra-se cursando o ensino fundamental.

Raça

- Predominam os que se declararam pardos (58,35%), seguidos dos brancos (21,17%) e dos negros (19,16%). As demais aparecem com percentuais pouco expressivos, menores que 1%.

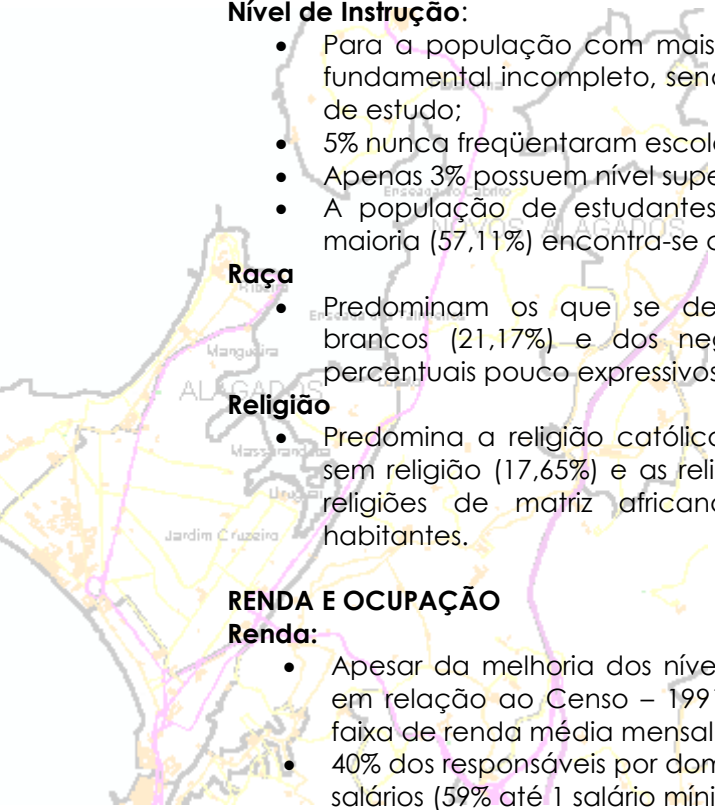
Religião

- Predomina a religião católica, com 61,45% de incidência, seguindo os sem religião (17,65%) e as religiões evangélicas (13,0%). Os adeptos das religiões de matriz africana correspondem a apenas 0,42% dos habitantes.

RENDA E OCUPAÇÃO

Renda:

- Apesar da melhoria dos níveis de renda dos responsáveis por domicílio em relação ao Censo – 1991, a maior incidência ainda se dá sobre a faixa de renda média mensal de menos de 3 salários mínimos.
- 40% dos responsáveis por domicílio são mulheres e percebem os menores salários (59% até 1 salário mínimo.)



GRUPOS DE BAIROS	RENDA MÉDIA ENSAL	POPULAÇÃO	
		1991	2000
I. Alagados, Baixa do Petróleo, Bairro Machado e Uruguai	- 3	61.583	61.033
II. Calçada, Itapagipe, Massaranduba, Vila Rui Barbosa,	de 3 a - 5	46.276	51.148
III. Dendezeiros, Roma, Monte Serrat, Ribeira e Bonfim	5 e +	34.432	36.026
TOTAL *	----	142.291	148.207

* O bairro do Lobato não está incluído

Ocupação:

- O percentual de desempregados girava em torno de 27,5%.
- Entre os empregados, 44,24% possuem carteira assinada, 6,08% são militares ou funcionários públicos.
- Apenas 2,78% são empregadores.
- Cerca de 47% possuem relação de trabalho precária.
- O setor que mais emprega é o do comércio.

SERVIÇOS

Saúde:

- O Programa de Saúde da Família está implantado apenas no bairro do Lobato.
- Apenas dois postos de saúde dão cobertura a toda a Península de Itapagipe.
- O serviço de atendimento a emergências é extremamente precário.
- Destaca-se o Hospital Santo Antônio (filantrópico).

Assistência Social

- Apenas dois Centros de Referência implantados.

Justiça e Segurança Pública

- Os sete Balcões de Justiça e Cidadania implantados foram reduzidos para apenas duas unidades (uma no Lobato e uma em Itapagipe).
- Os conselhos comunitários de segurança, em número de três, não vêm conseguindo cumprir a sua missão de promover a aproximação entre a polícia e a comunidade.
- A ação policial vem sendo unicamente repressiva, truculenta e discriminatória, contribuindo para a disseminação em cadeia da violência.
- As iniciativas por parte das organizações locais junto a crianças, adolescentes e jovens, com forte caráter preventivo, não têm sido suficientes para reverter este quadro.

Cultura:

- A Península de Itapagipe conta com um calendário cultural expressivo e diversificado, com manifestações festivas religiosas e populares que se tornaram tradicionais.
- Merece destaque o seu patrimônio arquitetônico, o artesanato, a gastronomia e uma diversidade de grupos culturais e artísticos.
- Vem-se observando um processo de desarticulação dos grupos artísticos, o desaparecimento de expressões tradicionais e o surgimento de outras atividades sem vínculos com os aspectos genuínos da cultura local.
- Apenas dois equipamentos culturais públicos são existentes: uma biblioteca e um pequeno Espaço Cultural

HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA

Habitação:

- Das 1.580 novas unidades a ser construídas pelo Programa Ribeira Azul, apenas 582 foram concluídas e há a previsão de realizar cerca de 400 melhorias habitacionais.
- Outros problemas a enfrentar nesse setor:
 - 1) as moradias em palafita na área de Pedra Furada e Mirante do Bonfim;
 - 2) a existência de casas precárias de madeirite em áreas já consolidadas;
 - 3) projeto de urbanização inconclusa na área do Conjunto Joanes Centro Oeste, onde permanecem situações graves de desconforto e insalubridade;
 - 4) a existência de ocupação desordenada, precária e insalubre na região inferior do Viaduto dos motoristas;

5) a existência de 06 ocupações dos Sem Teto em instalações degradadas de galpões e antigas fábricas, onde estão alojadas 439 famílias;

6) a existência de extensa área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) carecendo de regulamentação.

- Programa de regularização fundiária em andamento, mas havendo muito ainda por fazer neste particular.

Saneamento Ambiental:

- 87,44% dos domicílios são ligados à rede de esgotamento sanitário.
- A cobertura do serviço de abastecimento de água atinge 95,26% dos domicílios.
- 83% dos domicílios são servidos com coleta adequada dos resíduos sólidos.
- O problema de drenagem é grave em toda a região. O sistema existente é antigo e não responde aos sucessivos aterros que foram ocorrendo na área.
- A cobertura do serviço de energia elétrica atinge 99,48% dos domicílios.
- Outros problemas ambientais:
 - 1) O mercúrio lançado na Enseada dos Tainheiros;
 - 2) O depósito de contêineres com produtos tóxicos em área residencial;
 - 3) A pesca com bomba;
 - 4) A destruição do manguezal.

Transportes e Trânsito

- A malha viária encontra-se bastante deteriorada.
- O fluxo de pessoas que transitam por ônibus é muito grande, fazendo com que, nos horários de pico, estes veículos estejam muito cheios e, à noite, a circulação é escassa.
- Apenas na orla da Ribeira há um pequeno trecho de ciclovia.
- Os problemas de trânsito são mais intensos na região da Calçada devido à grande movimentação nos horários de maior fluxo e nas ruas onde se concentra o comércio de maior porte.
- Há problemas de trânsito agravados pela ausência de horário determinado para carga e descarga, além do estacionamento desordenado de veículos.
- Aos finais de semana, verificam-se problemas de trânsito também nas Orlas da Ribeira e Boa Viagem.

Recomposição Urbana

- As intervenções mais expressivas estão se dando na área de entorno da Enseada dos Tainheiros, inicialmente através do Programa Viver Melhor I e, em seguida, pelo Programa Ribeira Azul.
- Merece destaque, também, a ação do Programa Baía Azul, mas que deixou graves seqüelas no sistema viário e muitas ligações domiciliares por fazer.
- As demais intervenções realizadas foram processadas de modo isolado, repercutindo, em geral, somente sobre os arredores do local afetado pela intervenção.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Comércio:

- As atividades comerciais são as de maior destaque na Região e as que empregam maior contingente da população local.
- Os principais ramos comerciais encontrados são os de movelaria, madeireiras, confecções, autopeças, materiais elétricos, supermercados e o comércio atacadista de gêneros alimentícios.

Serviços:

Neste ramo destacam-se, basicamente, três grandes grupos de atividades:

1)os serviços vocacionados para o turismo (serviços de alimentação formados por restaurantes, bares e barracas de praia, localizados nos bairros próximos ao mar);

2)os serviços formalizados e de interesse social (creches e escolas particulares, clínicas de saúde e hospitais particulares, além das agências bancárias);

3)os pequenos serviços voltados para o público local (oficinas mecânicas, serviços de refrigeração, conserto de aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, serralheria, carpintaria, salão de beleza e outros).

Indústria

- Merece destaque o setor de confecções e a constituição do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções da Rua do Uruguai, que se tornou a principal ação dinamizadora da produção industrial local.

Pesca

- A atividade pesqueira na RA-II, praticada de forma artesanal, vem sendo bastante reduzida pela destruição do mangue e por práticas predatórias de pesca.

Atividade Náutica

- A RA-II apresenta grande potencial na área náutica, tanto de caráter industrial, de serviços e esportivo. Existem dois estaleiros em funcionamento, três marinas, além de aluguel de embarcações e lojas de produtos náuticos
- Na área da Prainha - bairro de Lobato - existem carpinteiros náuticos que constroem embarcações de pequeno porte, denotando um saber próprio dos moradores do lugar neste ramo.
- Nos esportes náuticos, o remo desponta com uma tradição local.
- Os demais esportes náuticos não são estimulados.

Economia dos Setores Populares e Grupos Associativos de Trabalho

- Registra-se, na RA-II, uma enorme variedade de iniciativas populares quer individuais, familiares ou grupais de criação do próprio trabalho, como válvula de escape para aqueles que não conseguiram espaço no mercado formal.
- Os ramos principais de atividade são os de produção e venda de alimentos, artesanato, costura e moda.
- Merece também destaque:
 - 1) Os grupos associativos de trabalho constituídos a partir do processo de desenvolvimento local;
 - 2) A implantação da metodologia de bancos comunitários, envolvendo cerca de 150 micro-empresendedores que, através de pequena poupança, contribuem, solidariamente, para o incremento de micro negócios.

ANEXO 3

Projetos em Curso

Atualmente, os principais projetos em fase de implementação pela Rede CAMMPI são os seguintes:

- a) CENCA – Centro Cultural de Alagados –
- b) Projeto de comunicação social com jornal, site e rádio comunitária;
- c) Projeto de inclusão digital e rede on-line de informação;
- d) Agenda racial de Itapagipe;
- e) Plano local de cultura de Itapagipe;
- f) Curso de formação política;
- g) Projeto de assistência técnica para substituição de 200 casas precárias;
- h) Banco de dados de Itapagipe;
- i) Projeto de apoio institucional às organizações integrantes da Rede;
- j) Centro de Desenvolvimento e Cidadania da Economia dos Setores Populares.

Planos/ Programas/ Projetos Institucionais em Curso

No momento, além dos projetos e ações que constituem o fazer cotidiano das instituições públicas, destacam-se como principais programas institucionais em desenvolvimento ou voltados para a RA-II, os seguintes:

- a) Programa Dias Melhores - Desenvolvido pela CONDER e pela CDM/AVSI, que, anteriormente, era chamado Programa Ribeira Azul, vem promovendo ações de recuperação física e ambiental no entorno da Enseada dos Tainheiros e substituindo as palafitas por habitações em terra firme. O Programa realiza, também, ações de educação ambiental e de capacitação para o trabalho, além de apoiar projetos sociais de iniciativa das organizações locais.
- b) Programa de Regularização Fundiária – Numa parceria da CONDER com o Patrimônio da União, este programa vem sendo desenvolvido em áreas já consolidadas, que foram objeto de intervenção anterior das extintas AMESA e URBIS, mediante a outorga, aos moradores, do título de concessão de uso especial para fins de moradia.
- c) Programa Banho de Luz – Desenvolvido pela SESP, o programa vem implantando novo sistema de iluminação ou reformando sistemas de iluminação já existentes em diversas ruas e avenidas de Itapagipe.
- d) Plano Urbanístico de Itapagipe – Encontra-se em processo de elaboração pela SEPLAM, estando previsto para breve o início da etapa de discussão dos estudos preliminares com a população local.
- e) Projeto de Regualificação da Av. Beira Mar e Porto dos Tainheiros – Em fase de estudo pela FMLF
- f) Projeto Ação Direta Cidadã – Desenvolvido através da integração e convergência de esforços entre diversas instituições atuantes no território e entre estas e a população local, o Projeto é uma experiência piloto, com finalidade demonstrativa. Visa desenvolver um conjunto de ações articuladas, na expectativa de reverter o processo de degradação física e social de uma área delimitada, na perspectiva de co-responsabilização dos diversos atores envolvidos.
- g) APL de Confeccões do Uruguai – Concebido, inicialmente, pelo SEBRAE e Bahia Outlet Center, o Projeto APL de Confeccões tem como objetivos principais agregar pequenas empresas do ramo, visando: difundir as melhores práticas no âmbito do desempenho das empresas envolvidas; estimular a sinergia empresarial, com a formação de alianças corporativas; promover a melhoria técnico-gerencial das empresas envolvidas. O Projeto apresenta também um elo comunitário, tanto do ponto de vista da governança do projeto, quanto da responsabilidade social das empresas envolvidas.

- h) Balcões de Justiça e Cidadania – Numa parceria entre o Tribunal de Justiça da Bahia, Instituições Universitárias e as Organizações Sociais locais, foi implantado este programa, que tem como foco a mediação de querelas jurídicas, na perspectiva de resolver impasses e evitar a ação judicial.
- i) Condomínio Bahia Têxtil – Numa parceria entre Governo do Estado da Bahia, a partir da SUDIC com a iniciativa privada, com inauguração prevista para março de 2009, está em implantação a execução de 20 fábricas do ramo de vestuário e um espaço para desenvolvimento social, a partir de centro de capacitação e qualificação profissional especializado.
- j) Programa UCSal nos Bairros – Desenvolvido através da Superintendência de Extensão e Ação Comunitária da UCSal, é realizado através do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe, que presta assessoria à CAMMPI e ao NAI e o Projeto Economia dos Setores Populares, que assessoria alguns grupos associativos de trabalho.
- k) UFBa – Projeto com financiamento da FAPESB, implementado pelo CIAGS propõe o apoio ao desenvolvimento de produtos e metodologia para incremento dos grupos produtivos implantados no processo de fomento aos núcleos produtivos populares da Península de Itapagipe.

